

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

dout find

# Ata da assembleia municipal de Tondela de vinte e nove de junho de dois mil e quinze

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze reuniu a Assembleia Municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão extraordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

Foi apresentada uma credencial do senhor presidente da Junta de Freguesia de Lajeosa do Dão, à luz da qual se fez representar pelo secretário Firmino dos Santos Melo, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Faltaram à sessão os senhores deputados: Marina Leitão, Marta Franco, Jorge Henriques, João Paulo Tavares e José Hélder Viegas.

Os deputados justificaram as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

Verificando-se a presença de quórum, o presidente da mesa da assembleia municipal deu início à sessão.

1-Análise, discussão e votação da adjudicação da contratação de empréstimo até ao montante de 2 000 000€, nos termos do relatório de análise de propostas

O presidente da câmara tomou da palavra:

"Senhor presidente, senhores membros da mesa, distintos membros da assembleia municipal, público presente, comunicação social.

Na assembleia municipal de 8 de junho tive o cuidado de ter dito que o que estávamos a aproveitar, relativamente ao estádio João Cardoso, era a aprovação ou não da estratégia que o município aqui apresentou. Estratégia esta que se centrava, em primeiro lugar, na assunção da realização de um investimento necessário e imprescindível para garantir que a Liga pudesse validar aquele estádio para receber jogos da 1ª divisão. Em segundo lugar, tal operação, na nossa ótica, não teria outro caminho possível que não previsse uma operação de financiamento, sob pena de poder pôr em causa alguns dos demais domínios e o equilíbrio da sustentabilidade do município. A este propósito, nós lançamos o procedimento concursal que é sabido. Procedimento esse que consultou várias



Sessão Extraordinária de 29-06-2015



agências bancárias no nosso concelho, mais concretamente oito instituições. Da avaliação que têm diante de vós, constatou-se que a melhor proposta, conforme consta do relatório, é uma proposta que apresenta uma taxa de juro de 1,07%. Nunca na história do município se conseguiu um empréstimo com essas características. Como também já expliquei este empréstimo é até ao montante de 2 000 000€ (dois milhões de euros) para investimento. Chegados, aqui, importa fazer um esclarecimento, face à avaliação da possibilidade que temos vindo a fazer, tenho hoje a convicção de que será possível obter algum financiamento deste quadro comunitário que ainda está em vigor. Como é sabido, perante a contração para um empréstimo se porventura existir financiamento comunitário, o produto resultante desse financiamento comunitária será abatido no montante de empréstimo. Foi com base nesses dados que na passada quarta-feira solicitei uma reunião do executivo municipal, onde propus uma alteração à finalidade do empréstimo. Só há três universos possíveis de empréstimo, ou se destinam a investimento, é o caso deste, ou se destinam a saneamento financeiro, ou a refazer empréstimos que estão com taxas de juro mais elevada. O procedimento concursal que abrimos foi para encontrar a melhor entidade bancária que fizesse um empréstimo para o fim específico de investimento. Perante o facto de haver a possibilidade de financiamento comunitário, estamos a propor que o mesmo montante, até 2 000 000€ (dois milhões de euros), possa ser aplicado em dois fins específicos, isto é, mantendo 1 400 000€ (um milhão e quatrocentos mil de euros) afeto ao estádio e colocando 600 000€ (seiscentos mil euros) afeto à circular de acesso. Hoje praticamente posso afirmar que não iremos utilizar todo o montante do empréstimo, porque qualquer fundo comunitário que seja alocado a qualquer uma destas obras tem de servir de imediato para amortizar o capital de dívida. Por essa razão, quando fizemos a consulta à banca, colocamos a pergunta que era saber se existia ou não penalizações por antecipação de amortização. Já na altura se previa a eventual antecipação de qualquer operação de antecipação de amortizações. Não está em causa nenhuma outra natureza que não seja investimento. Não está em causa nenhuma outra operação que não seja financiar o estádio ou vias necessárias para a boa afluência ao complexo desportivo, porque as acessibilidades por razões de segurança são absolutamente necessárias.

Tal como disse, a 8 de junho, esta assembleia tem de se pronunciar sobre a operação da contratação e do relatório de análise. Julgo que olhando para o relatório de



Carles

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

análise, das duas propostas colocadas, empréstimo a 10 anos ou a 15 anos, tal como disse, a responsabilidade geracional que defendo diz que deveremos ter este empréstimo no período mais curto que não venha a onerar as gerações futuras. Entre as duas opções, colocamos este empréstimo na opção dos 10 anos. Os juros no limite hipotético de se utilizarem os 2 000 0000€ (dois milhões de euros) serão pouco superiores a 130 000€ (cento e trinta mil euros), o que diz bem desta operação comparativamente a outras. Não põe em risco uma visão geracional, compromete um período de 10 anos a saldar este empréstimo. Repito, só no ano de 2013, entre serviço de dívida e amortizações, pagamos 1,5 milhões de euros. Não tenho qualquer dúvida em assumir que no final do presente mandato, teremos um serviço de dívida, de juros e de capital menor, porque estamos a fazer amortizações de empréstimos que estão a terminar. Os empréstimos contraídos em 1999 e 2000, um de 1 milhão e 200 mil contos, outro de 800 mil contos, estão a ser liquidados. Por esta razão a proposta caiu sobre pagar no período mais curto. Tal como disse, neste quadro comunitário "Portugal 2020" não há recursos financeiros para estas infraestruturas. O que conseguirmos deve-se tão só à capacidade de decisão e de boa influência que possamos ter ainda sobre este quadro, em particular do Mais Centro. Perante estes dados, queria colocar à consideração o relatório nas condições em que está, para os fins genérico e especifico que está definido e em particular nas condições que este

Posteriormente remeteremos estes dados ao Tribunal de Contas para obtenção de visto do empréstimo. O visto será condicionado aos fins que aqui estão previstos. E só à medida que as faturas aparecerem é que as obras poderão levar a desconto no banco. Julgo procurado ter enquadrado com a maior clareza este processo, colocando-me ao dispor para as questões que queiram colocar. Obrigado"

Seguiu-se, o deputado Joaquim Santos:

contrato pressupõe.

"Senhor presidente da assembleia municipal, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, senhores membros da assembleia, senhores representantes da comunicação social, senhoras e senhores.



Club 33

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Fiquei um pouco baralhado com os novos dados que o senhor presidente aqui lançou, por isso queria alguns esclarecimentos. Na proposta aprovada em câmara municipal que nos foi apresentada, considera que a construção da Circular de Tondela acesso à ER 230 Alto do Pendão tem um custo 1.006.788,00€ (um milhão e seis mil setecentos e oitenta e oito euros). Afinal esta obra já não estava a ser financiada por fundos comunitários? Qual é a necessidade destes 600 000€? Que poderão exceder às obras do que for gasto no estádio. Essa é a minha dúvida. O que se pretende aqui? A questão também é a seguinte, nós fomos convocados para votar o empréstimo destinado às obras do estádio João Cardoso, não faz muito sentido que agora se vá votar o empréstimo para a construção da Circular de Tondela. Acho que não tem cabimento fazermos agora esta votação, porque a minha posição até pode ser diferente, se for para isto, a minha posição até pode ser favorável, para uma obra que é benéfica para Tondela, quer dos munícipes, quer do concelho de Tondela. Aquela questão que falou aqui também, sobre a diferença do IVA, eu sei que há diferença, sei que representa 17%, mas isso não pode servir de desculpa, senhor presidente, porque se fosse assim tinha respondido a uma pergunta que foi colocada pelo Partido Socialista que é: Porque é que não se chama o Clube Desportivo de Tondela a também comparticipar neste empréstimo? Embora pudesse ser feito em nome da câmara por causa do IVA, mas haver uma contrapartida do CDT quanto mais não fosse pela diminuição da comparticipação anual da câmara municipal".

O deputado Joaquim Santos continuou com a intervenção escrita. (anexo 1)

O deputado Sérgio Rodrigues interveio, de seguida. (anexo 2)

Seguidamente, o deputado Abílio Rodrigues tomou da palavra:

"Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros colegas.

Não era para intervir, mas nós às vezes parece que algo nos mexe quando estamos sentados e temos de reagir a algumas informações. Fiquei surpreendido, aqui, porque estamos a falar sobre o empréstimo e terei de louvar todos os que contribuíram para que este empréstimo fosse aprovado. Quando vejo, aqui, que foi aprovado por unanimidade e vejo, aqui, o Dr. Cilio Correia, Dr<sup>a</sup> Maria Otília Gomes Carmo Barata, parece-me que há dois Partidos Socialistas em Tondela. Acho que os elementos do Partido Socialista que



luis

\$ cados

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

votaram merecem a minha consideração e o meu respeito, porque acima de tudo, mais importante do que as querelas políticas está Tondela, está o seu concelho e está o Clube Desportivo de Tondela. Acho que não há ninguém que não entenda, que a vitória do Clube Desportivo de Tondela é uma vitória de todos nós. Como vitória de todos nós, temos de aproveitar. Isto só traz desenvolvimento para Tondela, penso eu e qualquer pessoa entende isto. Por ouro lado, houve uma frase que sublinhei da parte do senhor Quim Santos que diz assim: "A seguir à Grécia somos nós", provavelmente, porque há pouco tempo houve um político deste país que disse assim: "A vitória do Syriza é um sinal de mudança que dá força para seguir uma linha", isto foi dito pelo atual membro do Partido Socialista, chamado António Costa. Quer isto dizer o seguinte, se o Partido Socialista ganhar as próximas eleições é óbvio que a seguir à Grécia somos nós."

O deputado António Dinis continuou o debate:

"Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, restantes vereadores, caros membros da assembleia, comunicação social.

Gostaria de partilhar convosco algumas considerações. A primeira que gostaria de transmitir, o CDS PP já o manifestou na última assembleia e fá-lo hoje novamente, vai votar favoravelmente a contração deste empréstimo e quero, aqui, felicitar o senhor presidente da câmara, porque conseguiu, se for este o caso, associar o investimento que pode vir ser comparticipado e portanto se tal vier a acontecer verifica-se que é benéfico para o município. Desta forma concordamos com o ponto que está referenciado.

Gostaria de colocar algumas questões para nós muito importantes. Primeira questão, tem a ver com o que veio a público recentemente, o União da Madeira fez diligências com a Liga para que utilizassem o estádio onde decorreu os jogos da 2ª liga. Isto foi aceite pela Liga. Na prática significou que vão jogar no estádio que têm, com capacidade de 2 500 lugares, e os jogos que enchem realmente os estádios vão ser feitos no Estádio dos Barreiros, no Funchal. Parece-me uma ideia muito inteligente, tanto mais que as médias de assistência dos jogos dos 5, 6 clubes que andam cá em baixo, não chega a 2 000 pessoas. Parece-me lógico, na Madeira há três clubes na 1ª liga, o estádio ia entrar em obras, não há dinheiro para isto tudo. A minha primeira questão é se foram feitas



Cados

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

diligências por parte do município para tentar conseguir junto da Liga algo semelhante a isto? Porque segundo o que vem a público e gostaria que me fosse confirmado, os jogos com o Porto, Sporting ou o Benfica não vão ser aqui? Mesmo com 5 000 lugares, é verdade ou não? Para os restantes jogos os 2 500 lugares chegam de certeza absoluta. Também tenho aqui questões que gostaria de ver resolvidas, tanto mais que a Liga se foi "benevolente" e tolerante para com o União da Madeira, e que tem na minha perspetiva razão de ser, porque não também o ter feito para com o Tondela? Segunda questão, já foi referida pelo Quim, tem a ver com o não comprometer outros investimentos para o município nas freguesias, etc. Estou convencido, compreendo a argumentação do Quim, faço boa-fé naquilo que é a boa gestão do senhor presidente da câmara quanto a esses investimentos, como já disse o CDS PP no último relatório aprovado em dezembro, colocamos algumas questões em relação a alguns investimentos e se for para anular alguns desses investimentos até saudamos, nomeadamente a 3ª fase do Parque Ribeirinho e que se troque esse investimento. Aí estamos em sintonia. Depois há um terceiro ponto que gostaria de referenciar, tem a ver com os atrasos nas obras. Foi noticiado que havia já um atraso nas obras. Sabemos disso. A minha questão é: cada mês de atraso significa menos dois jogos em casa, em condições do CDT. Podemos estar a correr o risco por este atraso de podermos estar a condenar o CDT a partir em desvantagem em relação aos demais concorrentes que vão lutar pela manutenção. A questão do atraso para mim é crítica neste domínio. Gostaria de apelar para que o senhor presidente fizesse as diligências necessárias para que começasse a andar mais depressa, porque o tempo passa a correr. Já tive essa responsabilidade e sei que as coisas já naturalmente durante a execução física da obra atrasam, se estamos na parte procedimental a atrasar a coisa começa a complicar-se ainda mais. Finalmente, já na última assembleia deixei este alerta, tem a ver com o projeto para daqui uns anos, isto é, não vamos ter a veleidade de pensar que o Tondela vai andar sempre na 1ª liga, se o Guimarães desceu, se o Belenenses desceu como tantos, certamente o Tondela não vai andar sempre na 1ª Liga, espero que não seja já para o ano, mas é normal, é o desporto, nada está garantido. A minha questão é muito simples, tendo em conta que o senhor presidente da câmara é simultaneamente presidente da assembleia do CDT, existe algum acordo parassocial ou alguma forma de vincular que



ondela
Sessão Extraordinária de 29-06-2015

este investimento não seja só para um ou dois anos e daqui 2 ou 3 anos tenhamos um

problema? Muito obrigado"

De seguida, o deputado Arménio Marques interveio:

"Boa tarde. Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Não era para vir aqui, mas dado que me parece que há uma série de confusões, porque estou perfeitamente convicto que tanto o CDS, como o PS são favoráveis a este serviço. O PS diz que vamos fazer obras em casa alheia. Vim aqui há tempos dizer que não é verdade isso, é preciso esclarecer bem os senhores deputados e os senhores deputados a opinião pública. O estádio não é do Desportivo de Tondela a 100%. Metade das obras que existe já são da câmara, porque a área da câmara municipal são 14 000m2 e o estádio tem 20 000 m2. Se fosse presidente da Liga também autorizava a Madeira a fazer isso, mas não autorizava o Desportivo, porque a Madeira não tem possibilidade nenhuma de ter as mesmas enchentes que pode ter o Desportivo. Para além do mais, se reparem nos campos de futebol de todas as equipas que neste momento estavam na 1<sup>a</sup> Liga, os estádios foram todos reconvertidos para este serviço. As obras que se propõe a câmara a fazer nem são tão grandes como isso, acho que o senhor presidente da câmara esclareceu bem. Conseguiu um empréstimo muito razoável. Porquê falar nas obras das outras freguesias, por causa desta obra? Esta é uma obra de todas as freguesias do concelho de Tondela. Na semana passada quase todos os órgãos de informação falavam no Tondela, isto é para Tondela. Houve sempre o mau hábito de introduzir o Desportivo nestas histórias. Disse, aqui também, que a câmara tinha de agarrar isto e só a câmara, porque se eu fosse gerente bancário ou dono de algum banco, neste momento, não emprestava dinheiro a nenhum clube. O Desportivo tem de ser ajudado para o efeito daquilo que conseguiu. Se estivesse, aqui, a pedir um empréstimo para ajudar o Desportivo de Tondela a adquirir jogadores para subir à 1<sup>a</sup> divisão, eu como PSD votava contra. Meus amigos, já vi que todos vão votar a favor, o PS não está fora da situação, apesar do que veio aqui dizer, mas temos de encarar que as obras são 50% para a casa onde nós estamos. Os outros 50% são para um clube que conseguiu estar na 1ª liga. Neste



Cados

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

momento o que me interessa é que o concelho fique bem e que faca alguma coisa pelo beneficio que está a ter.

O deputado Quim Santos falou se convocaram os industriais? Isso há tempo para tudo. É do meu conhecimento pessoal, os apartamentos que estavam para alugar já estão alugados, não há nenhum para alugar. Vejo portas de estabelecimentos com papéis, com a finalidade de abertura de comércio. Muito obrigado"

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

"Começo a ficar habituado a que não compreendam aquilo que eu disse, um deles é o senhor Abílio Rodrigues. Ele próprio disse que só veio cá falar, porque não tinha nada para dizer, porque se tivesse alguma coisa para dizer, não vinha, isto é que é lamentável. Só tem para dizer ao fim dos outros falar. É pena. Só lhe gueria dizer o seguinte, o senhor não deve cá ter estado ou estão está a fazer figura de corpo presente e não ouve o que se diz, ouve aguilo que quer e não ouve aguilo que deve ouvir. Os vereadores do PS, obviamente, votaram a favor deste empréstimo na câmara municipal de Tondela, não sei se o senhor ouviu uma intervenção do Partido Socialista feita pelo Jorge Baptista em que o Partido Socialista deu liberdade de voto aos seus autarcas. Essa liberdade de voto traduziu-se em oito membros desta assembleia, uma abstenção, um voto a favor e seis contra. Se é por isso que os membros do PS no executivo municipal merecem a sua admiração ou o seu respeito, faça favor são todos seus. Se eu não mereço, vivo muito bem sem isso, pode acreditar. Já agora, não tenha também respeito pelo seu presidente da junta, eleito pelo seu partido, por Barreiro e Tourigo, nem pelo seu deputado da CDU que também votaram contra. Porque não há dois PS. Fui, aqui, claro e foi claro o Jorge Baptista quando disse que o Partido Socialista que dado se tratar desta situação, um assunto pessoal, de consciência, de moral, de ética, dava a liberdade de voto e o PS fez isso, porque os senhores não têm a coragem de o fazer. Nunca vos vi, aqui, fazer isto. Quando foi na 1ª reunião desta assembleia municipal deste mandato, foi aqui dito por mim, em nome da Comissão Politica do Partido Socialista que os nossos presidentes de junta, dado que tem aqui um lugar muito especial e que devem defender quem os elegeu especificamente as suas freguesias têm de liberdade de voto sempre que seja para votar situações como esta por exemplo. Senhor Abílio Rodrigues convinha não fazer, aqui,



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Cados

juízo de valor, como tem feito, como fez na última assembleia, como faz sempre. Sabe porque é que faz, porque não tem nada para dizer de bom, se tivesse não o fazia. Quanto ao Tsipras e à Grécia, tenha calma que a procissão ainda vai no adro. Mas olhe, não me obriguem ir para a rua gritar, como diz o Zeca Afonso.

Quanto ao senhor Arménio Leite Marques, o senhor diz aqui que o clube desportivo de Tondela tem 6 000 metros2. Desculpe percebi 6 000 do Desportivo, então é 20 000 do Desportivo. Porque se fosse 6 000 nem relvado tinha. Mas dado que todos vão votar a favor, gostaria de ouvir primeiro as explicações do senhor presidente da câmara, antes de dizer qual é a minha intensão de voto. Para já e se as respostas não forem agradáveis, a minha intensão é contra, por uma questão de coerência, por uma questão daquilo que disse na minha intervenção. Eu já ouvi as pessoas. O Clube Desportivo de Tondela é de Tondela, mas não representa as freguesias, tenha paciência, representa a cidade de Tondela, porque cada freguesia ou praticamente todas tiveram clubes de futebol. Lembro-me que quando o senhor estava, não sei se como vereador, nos anos 80, estava o Tondela e o Molelos na 3ª divisão e no orçamento da câmara havia apoios bastantes distintos para o clube desportivo de Tondela e para o Clube Atlético de Molelos e alguém fez a questão ao então presidente da câmara "porque é que se justificava isso?" e ele disse " o Clube Desportivo de Tondela é mais representativo", em quê? Se estavam na mesma divisão? Vou aguardar pelos esclarecimentos do senhor presidente e pode ser que me convença, embora duvide. Muito obrigado".

#### O deputado António Dinis interveio:

"Só para responder ao Quim, não é uma questão de ética. Não tem a ver com isso. O CDS tem feito isso por coerência e eu em particular, porque tinha essa responsabilidade enquanto estava no executivo. Acho que é importante para o concelho. O Tondela está na la liga, revejo-me e fiquei satisfeitíssimo por ter acontecido. Também me lembro e há que fazer história, há muita gente aqui dentro que dizia cobras e lagartos da subida até à liga profissional e agora é o melhor. Lembro-me ter tido discussões sérias com muita gente, se calhar com aqueles que agora estão a dizer que é muito bom. Fico à vontade, sempre o defendi, mesmo em fóruns onde estava sozinho. Quem não se sente, não é filho de boa gente, por isso vim aqui responder. Não é uma questão de ética, é uma questão de



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

coerência. Partilhei com os meus colegas de bancada parlamentar e decidimos votar a favor.

Ao senhor Arménio, só para lhe dizer que a questão que coloquei é lógica. Acho que se a Liga fez essa diligência por parte do União da Madeira, é óbvio que coloque esta questão. Estamos cá todos para defender o erário público. Vamos ver as médias da assistência, essa é a minha preocupação, porque infelizmente sabemos que são os três jogos grandes que enchem os estádios, o resto dos jogos está a 50% ou a 40%".

O deputado Abílio dos Santos continuou:

"Senhor presidente, caros colegas.

A maioria de vocês sabe que ando, aqui, há cerca de 40 anos. Queria dizer ao meu amigo, porque não confundo a política com a amizade, que felizmente nem sou cego, surdo ou mudo. Nunca ninguém aqui dentro me passou um atestado de antidemocrático. Não tolero, nem admito a ninguém. A democracia faz-se com respeito, faz-se com elevação e sobretudo com humildade e sentido democrático. É este aspeto que às vezes isso não existe. Mesmo àqueles mais calmos e mais tranquilos, que não ouvem, que não vê, também fere. Acho que a política deve ser discutida. Há, aqui, uma pessoa que eu admiro bastante, o deputado Veiga é o deputado que está mais à esquerda. É um individuo que discute com respeito, com educação e penso que não é cego, surdo ou mudo. Vem para aqui discutir as coisas com muita elevação. Todos nós o respeitamos. Quando se foge a isto, para tentar destruir, humilhar, meus amigos isto para mim não é democracia. Para mim é de uma ditadura. Uma ditadura levada ao extremo".

Seguidamente, o deputado Arménio Marques voltou a intervir:

"O Quim Santos tal como o Dinis são líderes de partidos. Não contem comigo para falar em política. Quando digo que isto é uma obra de Tondela, porque não vejo a coisa pelo vosso lado. Vejo milhares de crianças nas instalações do Pereiro, durante todo o ano, que são de todo o concelho. As obras são de todas as freguesias. As obras do campo não são para o Desportivo. O Desportivo é representativo do concelho. Mesmo agora as pequenas afluências que ali vejo, há pessoas de todas as freguesias a ver o futebol".

Cados



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

O deputado Manuel Veiga tomou da palavra, seguidamente:

"Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, membros da assembleia, comunicação social.

Venho aqui falar novamente que por parte do Desportivo não há mostras nenhumas de pelo menos compensar em termos diretos o concelho com este empréstimo que o município vai fazer. Não passa de um empréstimo ao Desportivo, não é para comprar jogadores. Mas dinheiro que não é gasto numa coisa é liberto para outra. É uma forma indireta de estar a emprestar para outra atividade. Mantenho a mesma posição, se se visse por parte do Desportivo alguma resposta que fosse na intenção de dar alguns benefícios para a autarquia, não veria isso com maus olhos. Já falei aqui nas modalidades amadoras que deixaram de investir. Falou-se nas camadas jovens. Cada vez mais se vê contratarem pessoas que não são do concelho, porque começou-se a ver a parte da competição e não da modalidade desportiva abrangente a todos. A Variante é um aspeto positivo, mas só isso não chega. Somos nós que estamos a encontrar soluções para o gasto dessa verba. Para já disse."

O presidente da mesa deu a palavra ao presidente da câmara:

"Muito obrigado senhor presidente. Procurarei sintetizar as várias questões. Em primeiro dizer que procuro dar as explicações, quando me for dada a palavra.

O senhor deputado Joaquim Santos num tema que é tão objetivo, não quis deixar mais uma vez de fazer uma colagem à política nacional. É um gosto especial que tem, eu compreendo e tenho também de reagir, não à ação, mas à desinformação. Diz: "coloquei um conjunto de perguntas na última assembleia, que não foram respondidas", eu diria, precisamente o mesmo, às vezes quando a resposta não nos interessa, dizemos que não foram respondidas. Vou reagir e repetir as perguntas que foram feitas. Antes disso, dizer que "não me obriguem ir para a rua gritar", eu gostaria de dizer não me obriguem ir para a rua pedir. Mais uma vez as referências feitas à Grécia, no sentido lato, à dívida que aumentou 54 milhões, mais uma vez lhe foi explicado na última assembleia quais foram as impactos que resultaram 78 mil milhões que vieram do empréstimo da Troika. Tudo

Cados



Jos Cados

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

isto está mais do que explicado. Mas invariavelmente em todas as assembleias, a dívida aumentou. Deixo isto de lado e vamos às questões substanciais.

"Não se sabe de onde virá o dinheiro". O dinheiro em qualquer orçamento vem de duas fontes possíveis: impostos, sejam eles à escala municipal ou transferências centrais, e todas as prestações de serviços que surjam ou estejam na esfera da ação dos municípios. Não há outra forma possível de haver dinheiro. Tive o cuidado de o explicar e explicarei novamente, já o disse na última reunião nos termos em que foi dito. "O presidente da câmara fez a escolha mais fácil que é dizer onde não se corta", já disse e repito, a escolha mais fácil era dizer isto não é connosco. Era ficar fora do problema e dizer todos batem palmas pela subida do CDT à 1ª Liga e depois não têm a coragem, isso é um ato de coragem politica e não é uma questão como foi dito um assunto pessoal, nem moral, nem ético. Não é disto que se trata neste empréstimo., nem nesta opção. Trata-se de uma visão estratégica. O que disse e afirmei na última assembleia o mais fácil era nada fazer. Era congratularmo-nos com a subida, batermos palmas e depois lamentarmo-nos, porque depois não há jogos cá, porque não há condições para os acolher. O mundo real só tem um caminho possível, é aquele em que o pragmatismo nos a leva a perceber o que temos à nossa frente. No mundo real não há nenhum clube que aceda à 1ª Liga e que tenha meios próprios e recursos financeiros para investir na requalificação das suas infraestruturas, a não ser que seja infraestruturas do topo da Liga.

Isto não é relevante, as infraestruturas são só da cidade de Tondela e isto não é relevante para o concelho. Assumamos essa responsabilidade. Não podemos é dizer que não há resposta. A resposta é clara. O que disse e reafirmo foi muito simples, esta opção estratégica não irá agravar, dificultar ou impedir que as demais áreas de desenvolvimento se mantenham. Como é isto possível? Podendo acomodar dentro dos atuais encargos mensais ou anuais que temos com a dívida, esta nova dívida sem agravar esses encargos. E como é isto possível? É possível, porque alguns empréstimos estão a liquidar-se e como tal a folga permitirá pagar os novos empréstimos. Na mesma linguagem de clareza e objetividade, disse no limite se nenhum empréstimo existisse, o serviço de dívida seria muito menor. Restaria dinheiro para outros investimentos, claro. A opção é fazer isto e não agravar as outras questões. A ideia de esperarmos, quais serão as contrapartidas, o



Deart Sin Cados

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

que é que o clube vai dar. Ficarei já muito satisfeito se o clube conseguir, como espero, e esse desejo será sempre maior do presidente do clube, manter-se na 1ª divisão, isso dará um grande retorno. Se nós somos capazes de antever qual é o impacto e a projeção? Estes valores são mensuráveis a esta escala? Alguém sabe se vai gerar mais 5 dormidas ou menos? Claro que há uma tendência. A tendência consigo interpretá-la. A tendência é que a área de hotelaria terá impacto positivo. Não sendo hoje esta assembleia para este momento, não terei duvidas que a decisão feliz que foi encontrada para o hotel do Caramulo deve-se e muito ao facto de se saber que há uma equipa na 1ª divisão em Tondela, concelho de Tondela e por força disso irá potenciar a utilização dessa infraestrutura. Ainda não viram o presidente da câmara a lançar foguetes, a dizer que houve, felizmente, uma solução para este problema. Ela será anunciada quando estiver fechada. Como disse o senhor Arménio, nos últimos tempos, não sei se por força do Desportivo, mas que se tem notado algum incremento de renovação de espaços comerciais, de oferta de serviços, tem-se notado. Não queremos desvalorizar. Mas também não estou todos os dias na rua a anunciar esses indicadores. Tenho a humildade suficiente para perceber que hoje há um aspeto positivo e manhã pode haver um negativo. A dinâmica da nossa sociedade é essa. O dinheiro não se multiplica. O dinheiro contratase e paga-se. Já o disse, aqui também, que não sou daqueles que acho que pagar uma dívida é um conto de fadas. Acho que as dívidas são para pagar, ainda que renegociadas. O que resta de positivo da subida do Desportivo? Não posso interpretar aquilo que é a leitura do senhor deputado Joaquim Santos. Acho que nenhum de nós, se não resta nada de positivo pela subida, deveriam de ter sido consequentes e não votar a moção, em que na última assembleia municipal, congratularam-se pela subida. Estou a ser politicamente claro. Quem diz que o que resta de positivo pela subida, então é porque não encontra nenhum aspeto positivo pela subida. Elogio e reconheço a visão política por ter separado o partido das decisões, porque o que o Partido Socialista disse, na última assembleia, foi que daria liberdade de voto aos membros da assembleia municipal do seu partido. Entendo esta decisão do cidadão Joaquim Santos, militante do Partido Socialista e não do Partido Socialista.

Gostaria de ser claro, em relação às demais questões. Que outras verbas são usadas para além do empréstimo? Disse na última assembleia que nós temos no quadro do



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

contrato de financiamento ao movimento associativo, para com o Desportivo de Tondela num montante que não será elevado nesta época, que ronda os 130 a 150 mil euros e que é igual ao que nos últimos 2 a 3 anos existiu e que financia em particular formação das camadas jovens. Também o disse que o Desportivo de Tondela tem na 1ª liga os juniores. Também disse, os custos com água, luz, gaz e manutenção dos relvados são custos do município. Também acrescentei, na última assembleia, que o que acontece com este clube, também vai acontecendo, em particular onde estão a decorrer outro tipo treinos, iniciativas ou jogos, como é o caso do complexo do Sporting Clube de Nandufe, como será o campo da Escola Futebol Clube de Molelinhos e como são algumas manutenções feitas no estádio do Clube Atlético de Molelos. Julgo que diferentes opiniões, todos temos

legitimidade para as ter, mas vivermos sistematicamente a dizer que tomamos uma opção,

porque não nos foi respondido esta ou aquela questão, quando isso não me parece que

seja claro do ponto de vista político.

Questões que o deputado Dinis colocou sobre a questão da Madeira versus Tondela. Acho que o senhor Arménio, sempre de forma perspicaz teve o cuidado de explicar, porque não há comparação possível. A Madeira tem três estádios, com três clubes na 1ª liga, por essa mesma razão diria se o Clube Atlético de Molelos chegar à 1ª Liga e Tondela estiver na 1ª Liga não teremos duas infraestruturas no concelho de Tondela para as mesmas funções. Convém ter a noção que a área territorial da Madeira é menos do dobro de Tondela e portanto estamos a discutir proximidades de infraestruturas desportivas que nós aqui não temos. Também é bom saber que se trata não só das infraestruturas necessárias de duplicar tão só as bancadas, isto era a coisa mais fácil. O custo maior prender-se-á com outros investimentos necessários e desde logo um problema de iluminação. A iluminação atual do estádio João Cardoso tem 600 lux e terá de ter 1 200. O grande estudo que está a ser feito e que está atrasar o projeto, é que as torres colocadas há oito anos não têm condições para poder duplicar o número de projetores que tenham de se colocar naquele estádio. Isto complica muito o projeto. Se fosse um problema só de bancadas, o problema resolvia-se facilmente e não estaríamos a discutir os montantes que estamos aqui a discutir. Temos um problema de má orientação do campo de futebol, está no sentido nascente poente e não deveria estar. Obrigará do ponto de vista de iluminação a um estudo ilumino técnico diferente, porque o objetivo principal

Just Diss



July Jess Cados

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

dos clubes da 1ª liga não é só terem lá as 2 000 ou 3 000 pessoas, o ganho principal está nos dois milhões de euros que os negócios televisivos permitem fazer com a Sport TV. A Sport TV não está preocupada com as pessoas, está preocupada é com a transmissão televisiva. O problema que está a atrasar o projeto tem a ver com as quatro torres que têm 2 000 Kg de aço tem de ter uma estrutura diferente e que ronda os 6 000 Kg de aço para poderem suportar a carga que ali está. Quem conhece as condições do terreno do estádio saberá que junto à zona dos balneários é uma zona pantanosa. Os balneários foram feitos em estacaria de betão. Fazer furos ou poços de betão a cinco metros de profundidade é por em causa a estabilidade do que ali está. É isto que está a atrasar o arranque das obras. Também convém explicar e já o disse várias vezes, as obras necessárias para que no dia 16 de agosto posso ter jogos não tem a ver com os 5 000 lugares. Tem a ver com ter videovigilância, ter torniquetes de entrada, ter um painel eletrónico e ter 1 200 lux no estádio. Estas são as obras com as quais me comprometo para o dia 16 de agosto. Não impede que os jogos decorram no estádio, mesmo com as obras das bancadas a decorrerem. O modelo do concurso será feito não só pela valia do preço, mas pela valia do preço e da qualidade da proposta. Na valia técnica da proposta só serão valorizadas empresas que demonstrem terem capacidade operacional e que demonstrem terem condições de terem os elementos de betão.

O fazer os jogos grandes em casa ou não, não é uma decisão do município. É uma decisão do clube. Claro que gostaria de ter jogos grandes em Tondela., isto é outra questão. É uma decisão que temos de negociar e respeitar.

O problema não se resume a um problema de bancadas, deve-se a outros factos. Os camarotes não estão como a Liga exige. Não há impedimentos que haja jogos com obras em curso, esta situação foi negociada. Agora, é óbvio, que a Liga jamais aceitaria uma situação idêntica à do União da Madeira.

No quadro do direito de superfície existente, que terá de ser renegociado e reformulado, naturalmente se por absurdo um dia este clube deixar de estar na 1ª Liga, as infraestruturas excecionais que aqui estão criadas tem de ser potenciadas para permitir uma rentabilidade noutras ou perante outros clubes. Situação que hoje acontece com o estádio de Aveiro. Se existir algum jogo dos grandes enquanto decorrem as obras, o



for Cados

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

estádio escolhido e conversado entre os presidentes da câmara, é o estádio de Aveiro, que é de gestão municipal e que corre o risco de ficar fechado se o clube local deixar de estar em campeonato. Isto são contingências que existem.

Associado ao estádio há outro problema, que eu gosto de explicar para que não haja dúvidas, que são as acessibilidades. O estádio da forma como está desenhado tem um problema de acessibilidades, que hoje quer o presidente do clube adversário, quer os adeptos da casa entram pelo mesmo sítio para o estádio. Numa 1ª Liga, as condições de segurança são determinantes e por esse motivo fez-nos colocar a obra em Plano de Orçamento, e queremos candidatá-la a fundos comunitários. Para garantir um acesso ao atual estacionamento atrás da bancada central percorrendo terrenos que são propriedade dos Bombeiros, dos quais o município tem direito de superfície a 99 anos, percorrendo o cemitério e o campo nº 2, sem prejuízo de poder ampliar o cemitério, entrando no limite da urbanização Corte Real e ir ter à nova circular. Isto permitirá ter um corredor de escoamento e de segurança entre o estádio e a nova circular.

A maior compensação é a permanência do clube na 1ª Liga. As demais modalidades que possam ser admissíveis no âmbito do clube, como é sabido o rugby tem uma personalidade jurídica própria mas continua a usar a marca CDT, todas as demais modalidades está disponível para as incrementar desde que estejam financiadas.

Sobre as questões concretas da operação de empréstimo. Penso não existirem dúvidas ao deputado Joaquim Santos, que as estradas Corveira/Vale do Porco, Ferreirós do Dão /Lajeosa e que a variante da 3ª fase da circular de Tondela estão em overbooking. Quantas vezes já o disse nesta assembleia municipal? Overbooking significa ter uma obra candidata a fundos comunitários, mas não ter contrato de financiamento, está à porta de entrada, e só entra se existirem recursos financeiros. A avaliação que faça e porque a obra da variante vai a mobilidade urbana territorial pode não ser tão possível financiá-la na totalidade. Por essa razão e julgo eu numa boa operação financeira, estamos a tomar a opção de para a parte que se prevê não ser financiada apoiar-nos na parte sobrante do empréstimo, os 600 mil. A opção contrária existe que é o município assegurar só com receitas próprias, que as tem, porque se a obra está consignada é porque tive de



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

demonstrar primeiro ter receitas próprias para a fazer. Este encaixe se for feito para financiar a estrada, libertará recursos para outro tipo de investimentos."

O deputado Joaquim Santos interveio, de seguida:

"Senhor presidente queria que ficasse, aqui, esclarecido que a minha posição nada é contra si. O senhor como presidente da câmara toma a posição que quer, nada contra isso. Se eu fosse de Tondela, por exemplo, também tomaria uma posição diferente. Na última reunião fiz questão de fazer a intervenção que fiz em papel branco sem o logotipo do Partido Socialista, onde declarei que iria votar contra, para não haver confusões. Ainda não fiquei esclarecido do seguinte, e parece que levou a mal a questão dos 600 mil euros, julgava que a obra já tinha sido concretizada. Por isso mesmo, sugeria e dadas as questões que não me respondeu, deu não resposta e vou ser claro porque é que deu não resposta. Quando lhe pergunto donde vem o dinheiro, claro que o dinheiro tem duas origens, as transferências do Estado e via taxas e impostos. Não há o efeito da multiplicação, vai-se é retirar a algum sítio. Também, não estou a contrariá-lo quando diz que diminui o serviço de dívida, porque se é uma dívida é para pagar. Há uma coisa que anotei e fico muito regozijado com isso, o senhor pela primeira vez admitiu que as dívidas são para se pagar embora renegociadas. Isto já é muito bom, também concordo com isso.

Gostaria de saber o que vamos votar? Sugeria e dado que fui convocado para votar um empréstimo para o clube desportivo de Tondela e agora estou a deparar-me com um empréstimo que tem duas parcelas. Vou já aqui manifestar a minha opinião, votarei contra o empréstimo para as obras do clube desportivo de Tondela e votarei favoravelmente os 600 mil euros dado que é uma obra para o concelho. Não posso votar favoravelmente estes 2 milhões de euros sem ser no pressuposto para aquilo que não fomos convocados. Quero ser coerente comigo próprio. Fiz uma análise de consciência, como fiz na última assembleia municipal. Votarei contra o empréstimo e justifiquei o porquê da melhor maneira que soube para essa situação. Obviamente, se o senhor vier para aqui pedir um empréstimo para salvaguardar o pagamento das obras da variante, conte comigo".

O deputado António Dinis voltou ao debate:

Cado



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

"Duas questões apenas, a questão das diligências efetuadas no sentido de permitir, tal como aconteceu na Madeira, jogar num campo com capacidade inferior, não me foi respondido. Sejamos claros, não foi respondido se foi feita diligências no sentido de tal como aconteceu com o União da Madeira ter um tratamento diferenciado. Segunda questão, que agora parece ser claro para toda a gente, muito provavelmente os jogos com os três grandes não serão em Tondela, independentemente de estar ou não ampliado. Foi isso que entendi, se calhar estou equivocado. Está no libre arbítrio do CDT, colocar cá ou não os jogos dos três grandes. É que se não tivermos nenhum desses jogos, porquê fazer acessos suplementares? Sobre a iluminação terá de ser, os torniquetes e videovigilância que já era obrigatória. Para meter 1 500 pessoas em média, para quê estas obras? Gostava que os jogos dos três grandes fossem cá em Tondela.

Fazer a festa e bater as palmas. Não vim para a festa, mas houve muita a gente a fazer o reparo, que quem aparecia era o senhor presidente e que a sua equipa não aparecia. Quem fez a festa foi certamente o senhor presidente da câmara. Com o senhor presidente Carlos Marta, quando subimos de divisão íamos todos à fotografía. São opções e respeitoa. Muito obrigado"

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

"Para ser claro ao senhor deputado Quim Santos, hoje foram convocados para uma assembleia para votar um empréstimo. A nota explicativa inicial, foi para explicar a finalidade do empréstimo. A finalidade global é o investimento e depois tem duas finalidades específicas com dois pontos. O empréstimo é global, não é desmembrável. Claro que poderíamos ter tido outra estratégia, mais arriscada e provavelmente sem sucesso. Sabendo o que sabemos hoje, manteríamos o empréstimo até 2 milhões de euros para as obras do clube desportivo de Tondela, tinha financiamento comunitário, amortizava esse empréstimo e depois íamos ao Tribunal de Contas para converter a parte que seria amortizável para outros fins. Acho que este processo não clarificava, nem tinha este grau de transparência. A votação do empréstimo é para investimento e para duas obras especificas até aos montantes próprios que aí estão definidos. Qualquer financiamento comunitário que surja é para amortização no momento em que se receba.

Shul Ars Cador



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Cados

Antes do episódio do União da Madeira existia uma forte probabilidade do clube desportivo de Tondela aceder à 1ª Liga. Já em finais de março/abril houve essa abordagem. A Liga nunca pôs outra opção ao Desportivo de Tondela que não fosse ter os requisitos mínimos e ainda que eles se viessem a atingir, no caso das bancadas, durante os jogos. Nunca colocou outra opção. O município coloca-se como um agente de cooperação. As negociações na Liga são feitas com quem tem acento na Liga, que é o clube. O município é um interlocutor com o clube. Sem prejuízo disso, o presidente da câmara não deixou de ter com o Luís Duque uma abordagem sobre essa situação, mas que não é para aqui chamada. Não há nenhum clube no território continental que tenha situações diferentes desta que estou a dizer.

Sobre a apreciação politica sobre onde ou com quem apareceu nas fotografias. Deve ter sido uma questão, eventualmente, de não presença do deputado Dinis nesse dia, para perceber como foi organizada a cerimónia. Mas poderá perguntar ao clube, já que foram eles que organizaram com a presença da Liga. Muito obrigado".

Colocado à votação a adjudicação do empréstimo, foi aprovado por maioria com o voto contra do membro Joaquim Santos, as abstenções dos membros: Carlos Viegas, Jorge Baptista, Ana Rita Rosa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques e António Sérgio Almeida e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, António Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes.

O deputado Manuel Veiga fez que sua declaração de voto:

"Clarificar que mantenho-me contra o empréstimo às obras do desportivo, mas visto a forma de como é pedido o empréstimo que incorpora outras coisas que acho que até são importantes, este foi o motivo da minha abstenção."

O deputado Felisberto Figueiredo interveio:



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

"A minha declaração de voto é só para dizer o meu voto é absolutamente livre. No dia em que não tenha voto livre nesta casa eu deixarei de cá estar".

Cado

# 2-Análise, discussão e votação da 2ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e quinze

O senhor presidente explicitou:

"Senhor presidente, restantes membros da assembleia municipal.

No ponto anterior fundamentei e justifiquei um dos pontos que são incluídos no documento. Gostaria de referenciar três notas. A primeira tem a ver com o incremento da receita. No IMT tivemos um resultado acima da média esperada. Como é sabido o cálculo da receita fazse por média ponderada dos últimos vinte e quatro meses. Em janeiro deste ano, tivemos uma entrada não esperada de IMT, que muito dele vinha de 2014, o que faz com que neste momento já tenhamos praticamente superado o valor que estava projetado. Por essa razão estamos a incrementar com 355 820€, sem contudo continuar a respeitar a projeção, porque fomos buscar 6/12 do que falta para concluir o ano. No domínio da despesa repuseram-se os valores que inicialmente estavam previstos, nomeadamente em seminários e exposições, similares e outros, todo isto é FICTON. Foi introduzido uma nova obra, em particular, que tem a ver com a designação específica de arruamentos envolventes ao estádio João Cardoso. Para ter financiamento comunitário implica que aquela obra exista com o nome próprio. Temos uma genérica que é: arruamentos e afins, mas esta tinha de ter um nome próprio. Está aqui, porque poderemos incrementá-la no quadro de uma grande candidatura que envolve estádio e acesso. Depois temos outra obra que tem a ver com um ponto que vem aqui, em particular, que são: Partilhas de poupanças liquidas no quadro do Fundo de Eficiência Energética. Tudo o que tenha a ver com eficiência energética implica que no mínimo até 50% do valor do financiamento comunitário tenha de ser restituído por força dos ganhos energéticos. Está aqui incluído, porque é um contributo plurianual. Portanto temos de demonstrar que temos cá a previsibilidade de cabimentação e do compromisso para os anos futuros".

Seguidamente, o deputado Joaquim Santos interveio:

" Senhor presidente gostaria que me esclareça, na rubrica 03 341 "Aquisição de serviços" 114 000€, de que é?



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Quanto ao resto da revisão, obviamente uma verba que é quase a razão de ser desta revisão, que é os 220 000€. Embora tenha votado contra o empréstimo, acho que isto se realmente se enquadra num projeto comunitário, logo votaremos a favor."

O senhor presidente da câmara informou o deputado Joaquim Santos que a rubrica referida refere-se à FICTON.

Colocada a 2ª revisão do orçamento e das grandes opções do plano de atividade de 2015, a mesma foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Baptista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, António Pereira, Sandra Coimbra, Ana Rita Rosa, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António dias, Luís Pereira, Armando laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

3-Análise, discussão e votação da assunção de compromisso plurianual no âmbito do contrato de partilha de poupanças liquidas no quadro do Fundo de Eficiência Energética

O senhor presidente da câmara esclareceu:

"Temos neste momento, ainda no atual quadro POVT, duas candidaturas. Uma que iremos materializar e outra que estamos a questionar. No âmbito da CIM foram feitos projetos pilotos para que se demonstrasse o sentido da eficiência energética com a substituição de algumas lâmpadas de vapor de sódio por lâmpadas led. Como é sabido já temos algumas lâmpadas led em alguns locais, que é o caso do Parque Urbano e à saída de Molelinhos. Neste caso em concreto, o objetivo deste estudo é demonstrar que em determinado PT se se substituírem lâmpadas de vapor de sódio por lâmpadas led, há uma poupança. Essa poupança constituiu uma boa prática que poderá amanhã ser generalizada. Para não questionarem e para ser claro, trata-se de três ou quatro locais selecionados, sendo a rua de Santo em Amaro em Tonda, em Dardavaz, a rua do cemitério e em Lobão Am Cados



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

da Beira. Nestes quatro aglomerados haverá este estudo. Para haver financiamento comunitário teve que de demonstrar que havia ganhos de eficiência e esses ganhos têm de ser restituídos para um fundo de eficiência energética. Ora em 2016 teremos de devolver 21 000€ e nos anos subsequentes igual importância até 2022.

A câmara pode assumir compromissos plurianuais até 3 anos. Tudo o que ultrapasse esse limite já não temos competência própria para os assumir. Por isso trazemolo á assembleia municipal.

Nesta candidatura estava previsto a colocação de reguladores de fluxos em PT, mas existe estudos contraditórios sobre esta matéria. Há quem defenda que se a distância entre o PT e o fim da rede for curto, justifica-se meter um regulador de fluxo. Mas também, há quem diga que se a rede for extensa, se aplicarmos o regulador de fluxo, chegando ao fim da rede, a tensão é de tal forma reduzida que o regulador não tem eficácia. Nós estamos inclinados para não incrementar esta componente do regulador de fluxo. Nesta fase só fazer a substituição para as lâmpadas led's.

Nos fundos comunitários deste novo quadro "Portugal 2020" há verbas para eficiência energética em alguns equipamentos. Deste modo, iremos apostar em eficiência energética em piscinas, porque é aqui que temos a maior variação de consumo. Na eficiência teremos de garantir o ganho de duas classes energéticas. Nas piscinas a poupança energética que se veja a obter, teremos de devolver em média 50% para este fundo. Isto está a levar-nos a fazer um trabalho de avaliar um plano a uma escala, que não será a um ou a dois anos, para que tendencialmente venhamos a alargar a rede de substituição de led. Iremos desenvolver um estudo percebendo que temos 22 000 lâmpadas no concelho. Para termos uma noção 150 000€ de investimentos é quanto custará esta experiência piloto, que é financiada com fundos comunitários, representará cerca de 400 lâmpadas led. Há planos financeiros de empresas do setor que estão a admitir fazer sistemas de investimento com payback que possam andar os seis a oito anos. Estamos a estudar essa solução, isto se o tempo de vida de um led são 14 anos, se demonstrarem que eu posso já ter uma poupança e que o investimento que vou fazer é pago com as poupanças que hoje são geradas e que a empresa assume este risco. É uma opção que estamos a estudar.

Cados



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Jan Cadas

A EDP, por força do seu contrato de concessão, que terminara em 2020, está obrigada, por diretivas comunitárias, a substituir todas as lâmpadas de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio. A EDP estaria interessada em substituir em Tondela todas as lâmpadas por led e de seguida substituiria as restantes do concelho por vapor de sódio. Esta situação não é favorável, porque as lâmpadas vapor de sódio, em Tondela, tem mais watts do que as existentes em algumas freguesias. O lucro que seria obtido em Tondela, seria perdido no resto do concelho. O nosso compromisso será em reunir com os senhores presidentes de juntas explicando este modelo. A substituição terá de ser feita onde existir uma justificação económico-financeiro".

O deputado Joaquim Santos tomou da palavra:

"Queria fazer uma pergunta ao senhor presidente, mas antes disso só queria esclarecer uma coisa. Não disse que votei contra por não ser de Tondela, com certeza se fosse de Tondela poderia votar contra. O que é diferente.

Já tinha, aqui, explicado da questão eficiência energética dos leds. Não se sabe responder de momento quanto é que o concelho de Tondela poupa neste momento em manter as lâmpadas apagadas? Segundo alguns municípios que conheço e que já consultei no nosso distrito, Tondela acho que é dos poucos que continua em manter as lâmpadas apagadas, já todos desistiram. Como sabe há uma forte contestação da população e quem está nas juntas de freguesia sabe disso. Não sei se compensa em manter esta situação. Acho que deveria refletir sobre o assunto, mesmo antes de fazer uma implementação para leds, bem que ache muito bem, tudo o que seja para melhorar estou completamente de acordo, mas acho que até lá é muito tempo para as pessoas estarem sem iluminação. Muito obrigado."

O senhor presidente da câmara respondeu:

"Senhor deputado Quim Santos, tomo como verdadeiras as declarações que o senhor trouxe na última assembleia municipal. O senhor já fez essa conta. Na última assembleia municipal disse que a poupança, ou melhor, que o objeto financeiro deste contrato de 2 milhões de euros permitiria que durante vinte anos as pessoas não tivessem as lâmpadas desligadas. Fazendo uma divisão simples concluo que dos seus cálculos a



Clarity Cador

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

poupanca são cem mil euros por ano. Peco que me traga os seus cálculos para rever para depois lhe dizer se são corretos.

Não é verdade que só haja três municípios com este plano. O que lhe posso dizer é que no tempo em que se aplicou esta medida foi no tempo em que o IVA aumentou para 23%. Só por força do incremento do IVA, para quem tem uma fatura anual que ronda os 700 a 750 mil euros de iluminação pública, teríamos mais de 100 mil euros que refere. Como a fatura, hoje é menor do que antes do aumento do IVA, poupança é superior aos números apresentados. Isto não quer dizer que não tenhamos de rever algumas situações. Julgo que nenhum de nós reconhece como necessário voltarmos com o modelo que tínhamos há sete anos atrás, em que muito locais, no meio de pinhais, existia iluminação, porque na altura se fez uma extensão de rede. Mas é verdade, que essa avaliação está a ser feita, que por vezes não é por mais uma lâmpada ou por duas que fazem a diferença na fatura final, desde que seja feito com ponderação e que podem resolver o problema das pessoas. Estamos atentos às situações. Tem de haver uma regra de razoabilidade, porque se assim não for o senhor, por exemplo, vai dizer que na sua União de Freguesias são precisas não vinte mas duas mil lâmpadas e assim estamos novamente a destorcer o bom senso. Esta reavaliação tem de ter um critério de justiça, de equidade e de bom senso. Também, é verdade que há sistemas como diz e que são muito morosos na sua implementação. Existe tecnologia para controlo em PT, para redução da intensidade luminosa em função de determinado período, mas implica investimento. Temos sempre de avaliar se as mudanças de tecnologia justifica a poupança.

Sobre a questão de quanto é a poupança? Diria que os números são superiores aos números apresentados. Estamos a admitir, mantendo o princípio da poupança, adequar às circunstâncias".

O deputado Alfredo Cabral alertou que há iluminação pública, que no verão, com sol ainda se mantêm ligadas.

O deputado Arménio Leite Maques referiu que no verão às 5 horas não há necessidade de a iluminação pública estar ligada. Alertou ainda, que em Tondela na avenida dos Bombeiros existe uma caixa da EDP que se encontra danificada.



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Cados

O senhor presidente da câmara tomou nota das recomendações feitas e afirmou que os PTs são controlados por células que são afinadas pela EDP, se há algum com avaria deve ser referenciado. Disse, ainda, que exceto a iluminação dos nós do IP3, que muitas das vezes estão acessos durante o dia, tem a ver com um conflito entre as Estradas de Portugal e que tem um contrato de manutenção que hoje não satisfaz o que é necessário, sendo um desperdício enorme. No caso da iluminação pública das freguesias, sensibilizou os senhores presidentes das juntas a identificar caso haja algum PT que se acenda cedo de mais ou se desligue muito tarde.

O deputado Ventura Gonçalves questionou o senhor presidente da câmara se existe um horário pré-definido para o ligar e desligar das lâmpadas.

O senhor presidente da câmara respondeu que o horário é o solar e que os PTs tem um célula que é acionada quando fica escura e que se desativa quando fica claro e que quando não acontece é porque existe uma anomalia que deve ser reportada.

Não havendo mais intervenções, foi a assunção de compromisso plurianual colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Baptista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, António Pereira, Sandra Coimbra, Ana Rita Rosa, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António dias, Luís Pereira, Armando laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

4-Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo de delegação de competência com a Freguesia de Canas de Santa Maria

O senhor presidente tomou da palavra para explicitar:

"Senhor presidente da assembleia municipal, restantes membros.



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

"Este contrato interadministrativo vem aqui para deliberação por ser da competência da assembleia. O montante em causa prende-se com duas obras, tem a ver com um muto de suporte na rua de Fontejão e um muro da rua do Arcediago. O compromisso desta última obra já tem algum tempo, visto quando se fez o alargamento da rua de S. Pedro, era suposto ter sido executado o muro de suporte no talude"

Não havendo intervenções foi colocado o contrato interadministrativo à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Baptista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, António Pereira, Sandra Coimbra, Ana Rita Rosa, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António dias, Luís Pereira, Armando laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

5-Análise, discussão e votação da abertura de procedimento para a contratação excecional de técnicos que asseguram o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular (AEC), através de relação jurídica de emprego público, por tempo determinado (termo resolutivo certo), a tempo parcial, sujeito a aprovação pela Assembleia Municipal

O senhor presidente da câmara interveio:

"Senhor presidente da assembleia municipal, restantes membros.

Este ponto vem por antecipação. Como sabem, os municípios estão impedidos de promoverem a contratação de recursos humanos. Pelo contrário, tem de garantir a diminuição e 2% dos recursos ao ano. Até ao momento esta imposição tem sido atingida por força de aposentações.

Só se pode contratualizar recursos humanos para fins específicos que resultem de delegações de competências ou de programas específicos. É o caso das atividades de enriquecimento curricular, que podem ser promovidas por três entidades: município,

land Cado



Claud

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

agrupamentos ou associações de pais. Tem legislação específica em cada ano, que com base nela o município abre o procedimento concursal. A matriz de concurso que aqui trazemos é uma matriz que pode carecer de um pormenor de natureza jurídica. A assembleia tem de se pronunciar sobre o conteúdo substantivo deste procedimento, que prevê a contratação de pessoas para estas funções específicas e nos termos em que está definido. O contrato é a termo certo resolutivo, porque termina quando terminar o ano letivo.

Sobre este ponto, quero referir, que já tivemos o cuidado de falar com os Agrupamentos de Escolas de Tondela, que se eles quiserem podem promover as AEC's. Do ponto de vista financeiro, são deficitárias, porque a transferência do Estado é insuficiente para pagar o seu custo. Pagamos a estes profissionais 10,50€ ao contrário de outros que contratualizam empresas e depois pagam a estes profissionais 6 ou 7€ a hora.

Convém referir que a escola do 1º ciclo está a funcionar das 8h30 às 17h30. Até um passado recente só funcionava das 8h30 às 15h30. Estas duas últimas horas era ocupadas com atividades de enriquecimento curricular, em que era admissível o inglês, o desporto e a música ou na ausência de professores de música, a atividade plástica. Contudo, nos últimos anos tem vindo a evoluir, como sabem no próximo ano letivo o inglês passara a ser componente curricular no 3º ano do 1º ciclo, neste caso não vai estar nas AEC's. vai haver ajustamentos. Este ano começou-se a notar que havia furos nos horários do 1º ciclo, o que nos levou a um projeto com a Associação de Desporto, para preencher essas vagas.

Este procedimento vem aqui para que haja uma autorização genérica e atempada da assembleia municipal sobre a contratualização. Ainda não sabem quantos profissionais serão necessários. Só o poderemos saber apôs conhecer a Portaria específica e sabendo em particular que este ano pelo facto de o inglês passar a ser introduzido no 3º ano vai retirar horas à componente das AEC's."

Não havendo intervenções, foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio

Cados



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Rodrigues, Jorge Baptista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, António Pereira, Sandra Coimbra, Ana Rita Rosa, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António dias, Luís Pereira, Armando laranjeira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

6-Análise do processo de auscultação decorrente dos pareceres do contrato interadministrativo de delegação de competência do domínio da educação

O senhor presidente da câmara interveio:

"Senhor presidente da assembleia municipal, restantes membros.

Comprometi-me com esta assembleia e com o mandato que ela conferiu em fevereiro aprofundar no debate do processo de descentralização de competências no domínio da educação, com um conjunto de intervenientes. Julgo não ser necessário recordar episódios menos felizes e algumas intervenções de responsáveis políticos. Chegado a este ponto, implica trazer a síntese do processo e da forma como ele decorreu. Julgo nunca ter havido no domínio da educação um debate com a amplitude que provocámos e induzimos durante estes quatro meses. Não só foi feita esta análise, mas mais importante a forma democrática como este debate ocorreu. Alguns confundem democracia com ruído. Julgam que ouvir e ser ouvido implica ter de perturbar. Julgo que democracia é ter de respeitar as opiniões. Ouvir, esclarecer, debater e encontrar neste processo pontos de convergência. Felizmente, por si, no final deste processo, há dados que são muito interessantes. Este processo começou ferido, quando de uma forma massiva, os sindicatos quiseram associar a um processo de descentralização num processo de municipalização da educação. É um erro que se pagará caro no futuro. Os sindicatos quiseram associar o processo de municipalização como se os municípios fossem a causa de todos os males, a corrupção, o compadrio. É pena que alguns responsáveis políticos tenham seguido por este caminho, está escrito não invento.

Não deixo de dizer que seja particularmente importante que todas as associações de pais tenham encontrado virtudes neste processo. Julgo que é uma coisa demasiada

Cado.



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

29-06-2015

aão docente,
do, encontre

importante para se perder. Como é verdade que a generalidade do pessoal não docente, tendo opiniões contrárias, mas de forma maioritária em determinado sentido, encontre virtudes neste processo. Como é positivo que as entidades representantes da comunidade, em cinco quatro encontrem fatores positivos. Como é importante reconhecer que houve e há professores que tendo dito tive uma votação ou expressão contra não por esta proposta, não por sentir que há qualquer perigo à autonomia da escola, mas por princípio tenho medo que um dia a contratação de professores deixe de estar na esfera do Ministério da Educação. Quero com isto dizer, que julgo que é importante o ponto onde chegámos e tive sempre o cuidado de dizer que este processo não poderia ser a vitória de uns e a derrota de outros. Também o disse neste assembleia que o processo para avançar carecia, na minha ótica, de um apoio dos dois conselhos gerais. É importante que ninguém venha discutir hoje a composição dos conselhos gerais, é aquela que existe desde 2008. Chegado a este ponto, julgo que tenho obrigação de prestar contas. No conselho geral do Agrupamento Cândido de Figueiredo o processo foi aprovado com doze votos a favor e nove contra. No conselho geral do Agrupamento Tomaz Ribeiro o processo foi rejeitado com onze votos contra e nove a favor. Se quisesse extrapolar as leituras, diria que o somatório dos votos a favor é superior aos votos contra, mas não é essa a questão que importa. Nesta circunstância o processo foi este, que temos de compreender e respeitar o ponto onde chegámos. Nenhum de vós terá dúvidas de que mais cedo do que muitos pensam este processo irá emergir de novo.

Sou daqueles que acredito que o espaço gerado, a construção e o debate que se produziram devem ter uma consequência. A consequência deverá ser o momento para que as escolas aprofundem no quadro de uma cultura democrática e da sua vivência, respostas e soluções que venham a ser preparadas para este desafio. Entre elas o principal desafio que hoje têm é como responder com a redução demográfica que temos a um quadro de exigências, de capacitação e de atração de alunos. Os professores já perceberam que o principal ataque não está no Ministério de 5 de Outubro mas na falta de alunos. Isto tem de ter uma solução de novas respostas que temos perante nós.

Tenho pena que as nossas escolas, em particular a Secundária de Tondela, a Básica de Tondela e a de Campo de Besteiros irem ficar mais algum tempo sem requalificação.



Saul Sauls Carlos

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Lamento muito, mas não serei eu o responsável. Em boa verdade e está assumido pelo senhor Secretário Regional os municípios que estejam envolvidos nestes projetos pilotos terão um acesso prioritário aos fundos no quadro do "Portugal 2020" para reabilitar as escolas. Como já o disse aqui, não me conformo que se gastem 17 /18 milhões de euros a intervir em escolas no quadro da Parque Escolar e não seja possível gastar 1 milhão a dar as condições mínimas para que as nossas escolas tenham iguais condições de igualdade.

Dito isto, quis trazer o ponto em que chegámos no quadro deste debate, deixando naturalmente na esfera dos decisores do ponto de vista dos diferentes órgãos representados nos conselhos gerais a responsabilidade das suas opções e dos atos que tomaram, estando eu perfeitamente tranquilo em relação às opções que o município tomou e que esta assembleia mandatou para prosseguir o debate. Julgo que abrimos um caminho, tracámos um rumo convicto de causas e não por uma causa qualquer. Estou convencido que haverá mais cedo do que muitos esperam uma evolução positiva deste trabalho, deixando claro que a competência da escola será reforçada, a sua autonomia pedagógica será reforçada e acima de tudo teremos melhores resposta e soluções para as nossas escolas. Não sendo este o momento para prosseguir, no quadro das circunstâncias em que chegámos, naturalmente que todos seremos responsáveis pelas decisões que tomaram e as implicações de tais decisões originam. Por parte do município e do presidente do município demos este processo por suspenso nesta fase, encerrando este capítulo. Estaremos sempre disponíveis para aprofundar o debate que venha a surgir".

O deputado Joaquim Santos interveio, iniciando a sua intervenção por dizer ao senhor presidente da câmara que não tinha havido nenhum decisão da assembleia em fevereiro, embora tivesse vindo na ordem de trabalhos que era "Analise, discussão e votação" tinha sido retirada a votação, não tendo desta forma a assembleia tomado formalmente nenhuma decisão. Continuou de seguida com a sua intervenção escrita (anexo 3) e entregou à mesa para anexar à ata a posição e as razões do Partido Socialista sobre o processo. (anexo 4)

Seguidamente, continuou o deputado Felisberto Figueiredo:



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

"Venho apenas felicitar o senhor presidente da câmara pela forma como desenvolveu este trabalho, como se tinha proposto fazê-lo. O resultado está à vista, há um agrupamento que votou favoravelmente e outro contra. É assim que funciona a democracia. Foi aqui referenciado o papel dos sindicatos que assustaram as pessoas, sou muito crítico no seu trabalho em relação ao ensino, apesar de ainda hoje ser sindicalizado e ter as minhas quotas em dia. Acho que o papel dos sindicatos é importante, mas também acho que nestas decisões da descentralização de competências, parece-me andam muito assustados, porque a descentralização vai tirar poder aos sindicatos, isso não há duvida.

Vinha igualmente sugerir ao senhor presidente da câmara, porque deu-me a sensação que todo este processo manteve à margem a Escola Profissional. Julgo que numa situação dessas a Escola Profissional tem de ser considerada, não só pela falta de alunos. Enquanto as restantes escolas funcionam principalmente com alunos da sua área, a Escola Profissional abrange alunos de outros concelhos. Anteriormente os alunos menos capazes eram encaminhados para a Escola Profissional, tendo muitas vezes conseguido resultados favoráveis e até prosseguido a via do ensino superior, o que esses alunos necessitavam era outra forma de trabalhar. Havia professores que muitas das vezes tinha falta de horas para completar o seu horário nas escolas secundárias que poderiam completar indo para as escolas profissionais. A maioria não o fazia, visto o método de ensino ser diferente e mais exigente. A partir de determinada altura, passou-se a fazer aquilo que considero um crime, tal como apôs o 25 de abril que acabaram com as escolas industriais e comerciais. Hoje estamos em sentido inverso, cometendo o mesmo erro, que é colocar nas escolas secundárias a possibilidade de darem cursos profissionais, não tendo investimentos em oficinas. Julgo que as escolas profissionais têm de manter a sua identidade e a sua função. No dia em que o concelho de Tondela menosprezar a escola profissional vai perder uma enorme valia. É uma escola que está muito bem vista na região, por preparar com qualificação os seus alunos. Por isso devemos ter em atenção esse pormenor não só na rede de transportes como na descentralização de competências."

O deputado Manuel Veiga continuou:

"Senhor presidente, restantes membros.

Carlos



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Cados

Em novembro, lembro-me ter proposto fazer um amplo debate junto das escolas e que este processo corresse dessa forma. Acho que foi positivo que tenha sido feito o debate perante os vários intervenientes da educação. Com isto podemos tirar algumas conclusões, a câmara não fica limitada a fazer algumas parcerias e a ter algum papel importante junto das escolas. Não é a forma jurídica que a escola está desenhada que vai impedir que a autarquia possa ou não colaborar nos projetos educativos e que o tem feito anteriormente. Aprovamos a contração de quadros para fazer complementar a formação que existe nas escolas. Não vejo este envolvimento negativo. O que vejo negativo é a desresponsabilização do Ministério da Educação que desta forma e desse processo pretendiam criar. Quanto à atividade sindical, representa os seus pares e a posição dos professores é aquela. Existiam alguns receios e foram devidamente colocados. Funcionou a democracia."

Seguidamente, o deputado Sérgio Rodrigues tomou da palavra:

"Senhor presidente, caros senhores deputados.

Veiga, funcionou a democracia e ainda bem. Normalmente no nosso concelho costuma funcionar, mas às vezes empurra-se. Neste processo empurrou-se. Se calhar, vou dizer hoje, como profissional, vergonhosamente.

Queria começar por louvar a forma como o senhor presidente da câmara fez desenrolar este processo. A sua participação aberta e democrática, o que nem sempre do outro lado esteve patente. E queria deixar, aqui, um alerta para que quando se discutam estes assuntos que tem a ver com especificidades humanas com formação dos nossos filhos ou familiares mais novos, deveríamos deixar um pouco aquilo que se chama de legalidade das leis. Não devemos discutir tanto e quando queremos argumentar refugiarnos atrás das leis. Argumentamos que não sabemos se o profissional é capaz de levar avante o processo. Mas afinal são estes profissionais estão cá todos há muitos anos. São esses profissionais que tem levado a educação onde a levaram, mal ou bem, e nem sempre fazem aquilo que entendam que seria o melhor. Têm de fazer muitas das vezes aquilo que os decisores políticos os obrigam a fazer.



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Clarks Carlos

Acompanhei a questão da descentralização, tendo começado por volta de novembro com as primeiras matrizes. Logo na primeira matriz colocou-se a questão do tal sindicalismo. Também sou sindicalizado. A primeira questão que foi colocada na matriz era a questão dos professores serem contratados pelas câmaras. No segundo andamento isso desapareceu. Terminamos este debate e continuam a falar nesse item. Ainda estão a advogar que um dia isso poderá acontecer. Quando trabalhamos com massa humana, temos de trabalhar com realidade, atitude comportamental diária. Não podemos andar a sonhar, a criar fantasmas para suportarmos às vezes decisões como algumas que se tomaram com base em prossupostos que não sabemos se vão acontecer. Quando se chegou a finais de janeiro/fevereiro, chegámos à 5ª matriz. Tinha havido a possibilidade de praticamente cada concelho construir a sua própria matriz. Tive a possibilidade de ir acompanhando o desenvolvimento das matrizes e apercebia-me que sempre que os atores responsáveis da escola faziam chegar ao senhor presidente, que era o interlocutor com o Ministério, normalmente essas questões eram ultrapassadas. Chegado ao fim, gostei da forma como decorreram estes debates, que tiveram a participação dos atores que têm de participar. Às vezes procura-se levar a discussão para locais onde ela não deve ser feita e aconteceu várias vezes isso. Outras vezes procura-se criar um fantasma, para ver se se consegue arregimentar um conjunto de pessoas que depois de alguma forma acabam por cortar a democracia dentro dos grupos.

Criar um projeto educativo em conjunto num concelho, não sei como é possível alguém dizer não. Podemos continuar a fazer os debates que quisermos, mas enquanto houver pessoas mais interessadas em continuar a falar na voz de quem está em Lisboa, em continuar em ter palco em intervir, em detrimento de resolução de pequenos problemas. O problema não é a criança que precisa de uma aula de apoio. O problema é de um conjunto de professores que tem 12 /13 /14 aulas mas pode ter 20, como aulas de apoio e que vão de forma séria promover o sucesso escolar. Quero vos dar nota, que fui daquelas pessoas que fiquei muito contente com as 40 horas semanais. Com 40 horas, disse que não trabalhava mais do que 40 horas.

Fiquei de alguma forma triste, quando algumas pessoas agarrando-se a dogmas pragmáticos entendem que essas questões têm de ficar por Lisboa. Mas depois vêm, como



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Claud Des

o Veiga dizer que não há problemas em fazer parecerias. A proximidade serve agora, mas quando estávamos a discutir este problema a proximidade não servia para nada. Temos um projeto que permite recuperar escolas, que permite aumentar significativamente aulas de apoio para alunos que todos nós sabemos que tem dificuldades. Em escolas existe problemas estruturais, alguém vai ter de responder porque é que não são resolvidos quando tínhamos a possibilidade de resolver estas questões. Quanto ao pessoal auxiliar, houve quem não pensasse neles. Toda a gente sabia, que no concelho, havia um conjunto de professores excedentários, há um conjunto ainda maior de funcionários excedentários. Sabemos que agora os funcionários perguntam como vai ser a vida deles, qual é o caminho para a mobilidade.

Tenho pena de ter ficado de fora deste projeto. Teríamos tido a possibilidade de definir o projeto educativo do nosso concelho. Agora podem dizer a câmara pode interferir no projeto educativo, como é possível? Se ele é elaborado com conselho pedagógico? Às vezes era melhor antes de debater questões da educação, saberem o que lá se passa. Muito obrigado".

O deputado Alfredo Cabral interveio:

"Boa tarde, senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, colegas.

Depois de ouvir o professor Sérgio, fiquei um pouco triste. Às vezes penso, quando só, porque é que o Gregos em vez de chamar Pátria não chamaram Mátria? A questão da educação seria um assunto mais para a Mátria. Ó Quim o presidente foi delegado para fazer este debate. Fez um debate democrático. Poderia ter ficado triste, por ter tido uma certa intencionalidade pelo governo delegar esta descentralização, mas não ficou.

A educação é um desígnio nacional. Não façamos com isto a bandeira do Partido Socialista ou de outro. Talvez seja a área mais profunda. Há bons e maus professores. Por exemplo eu sou mil por cento a favor dos exames nacionais, porque incomoda sobretudo quem é irresponsável. O Sérgio tem de ser um pouco mais responsável. É verdade que há professores muito irresponsáveis e muito incompetentes, como em todo o lado. Agora andam mais aflitos, porque o emprego não é tão certo como foi na minha geração de



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Jul John Carlos

professor. Fui um dos primeiros que manifestei um pouco contra aquilo que li dos processos de outras nações sobre a municipalização. Sempre vi como uma tónica de pegar na municipalização como um jogo partidário. O pior serviço que podemos prestar as democracias é não servir a Mátria com dignidade e reconhecimento da competência. Zé António fico feliz por não estar triste. Eu estaria um pouco triste. Vamos acautelar-nos de quando voltar. Acredito que volta, se o PS for governo e se o PSD e CDS for governo. Sei que é importante repensar as funções do estado. Há quatro ou cinco áreas que não deixaria que não fossem do estado: educação, justiça, segurança, saúde, embora esta última seja mais lucrativa no aspeto privado. Talvez, ò Veiga, não no sentido dogmático do professor Sérgio, o município seja a entidade mais capaz de se aproximar no complemento de algumas deficiências e dificuldades que há e que quem está em Lisboa não vê. Os homens bons nunca vão deixar a democracia morrer. Ó Quim viro-me para ti e sei que não deixas de reconhecer o valor e lealdade das pessoas. É desses homens que nós precisamos e que tal amadureceres um pouco nesse caracter tão evasivo e lutador obrigado".

O deputado Sérgio Rodrigues voltou ao debate:

"Para dizer ao Dr. Alfredo que estou triste comigo, não com o desenvolvimento do processo e o caminho onde chegámos. Acho que quando se faz um trabalho de qualidade ficamos sempre satisfeitos. No entanto, não deixo de pensar em quem está dentro das escolas e nas oportunidades que perderam de criarem e serem condutores de um projeto. Às vezes tem de haver vontade dos profissionais para se empenharem. Há bons profissionais em qualquer lado".

De seguida, o deputado Joaquim Santos tomou da palavra:

"Fiquei um pouco chocado com o que ouvi aqui dizer o senhor membro da assembleia municipal Sérgio Rodrigues. Não sei se falou como membro da Comissão Politica do PSD, porque diz aqui que não se pode evocar a lei, não pode haver argumentações. O senhor veio aqui passar um atestado de incompetência a todos os intervenientes neste processo, inclusivamente aqueles que conduziram este processo como é o caso do senhor presidente da câmara. Ele nas suas palavras, foi um



Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Shows Cados

incompetente, porque dirigiu tudo mal. Isto foi o que deduzi do senhor deputado Sérgio Rodrigues. Também deduzi que o senhor gostou tanto de ter 40 horas semanais que se reformou. Quero saber se o senhor fez esse discurso como presidente da Comissão Politica do PSD ou se o fez depois de ter uma grande dissecação por não ir chegar a mini ministro da educação do nosso concelho. Muito obrigado".

# O deputado Sérgio Rodrigues respondeu:

"Acho que não precisamos do tu cá tu lá. Quando lhe disse que as pessoas se refugiram, e no vosso documento fizeram isso. Bastava ter pegado na matriz e sugerido, era simples. Era esse debate que se pretendia. Quando fui eleito para aqui, fui eleito com o nome de Sérgio Sousa Rodrigues. Não fui eleito como membro da Comissão Politica. Quando estamos aqui, estamos no papel de membros da assembleia. Isso exige que respeitamos quem está cá dentro e não volte a dizer que alguém passa atestados de incompetência a ninguém. Estamos a ter uma conversa mais ou menos assertiva com o seu tipo de feitio, que respeito, menos assertiva no meu caso que não tenho esse tipo de argumentação tão forte como a sua, mas respeitando."

O presidente da câmara interveio, de seguida:

"Estamos em Junho e não em fevereiro, nem em março. O debate terminou. Tenho a clareza suficiente para perceber, que não vale a pena desculparmos no que não fizemos, nem lamentaremos o que ainda podemos fazer. Temos sempre um espaço à nossa frente se tivermos convicção naquilo que queremos fazer.

Todos sabemos que o processo começou com um pressuposto errado. Mas quando temos convicção do que queremos fazer e se olhássemos verdadeiramente para os interesses do concelho, acho que as forças politicas que o obstaculizaram teriam facilmente aceitado. Pesou o momento político, mais do que os interesses do concelho. Aliás, se dúvidas houvesse, o deputado Joaquim Santos lembrou, aqui, que "Tondela pôs--se em bicos de pés, não por culpa do presidente, mas porque alguém tentou colocar-lhe uma emboscada" e conclui à frente de seguida "alguém queria ter um lucro político com este processo e por isso ofereceu aqui numa bandeja dourada uma solução que estava à vista de todos o que queria atingir" e ainda conclui com a providência cautelar com a



## Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Cados

antecipação das listas de deputados. Pode ser que até acerte, provavelmente acertará. Não é essa a questão que está em causa e é isso que me preocupa e digo-o conscientemente. Acho que o concelho perde e digo-o conscientemente, por não tomar já a opção de abrir este processo. Sinto-me comigo próprio, porque estaria triste se eu pensasse que este era o caminho que deveria ter feito e me tivesse refugiado pelo facto de esse refúgio poder pressupor um conforto político maior. Isso é que me deixaria triste, que era de não ser capaz de defender as minhas convicções. O que o deputado Quim Santos evocou é o pensamento que teve desde a primeira hora. Não, porque é com este governo e com estes protagonistas. Aliás disse-o aqui várias vezes. Depois vem o contrassenso, "mas nós defendemos a descentralização". Então digam-me o que é que este processo fere a descentralização.

Este debate já foi feito. Estou convicto que nenhum de vós tomou uma posição sem estar suficientemente esclarecido dos seus objetivos. Há prejuízos para o concelho? Em momento algum me ouviram a discutir ou a colocar em causa o meu empenho do município e dos serviços do município em cooperar com todos os projetos educativos. É das tais matérias, que digo com humildade que não precisam dar-me lições. Perdemos, não na autonomia, não há nenhum professor que diga que perderam autonomia ao ponto desta proposta ter ido aos conselhos pedagógicos e em ambos casos não colocaram questões de autonomia. A educação deve ser um desígnio nacional. Nunca me ouviram defender em lado nenhum a descentralização pura e absoluta da educação ou a contratação de professores pelo município. Nem me ouviram defender o plano curricula nacional na esfera do município. Não defendo isso. O desígnio da educação é estratégico para o País, não pode estar ao sabor de uma interpretação mais conservadora ou mais reformista. É um problema nacional. Existem questões que localmente se podem resolver. Nós podemos ter num processo de descentralização maior agilidade na gestão financeira. Segundo, a adequação dos recursos humanos. Terceiro, infraestruturas escolares. Vejo que há perdas que se vão ter por não se ter avançado já neste momento. Vamos lá chegar e mais rápido do que alguns pensam. Sinto um contentamento especial pela comunidade de pais, de encarregados de educação, da comunidade e da maioria do pessoal não docente ter interpretado bem este propósito. Sinto que muitos professores, hoje, sabem aquilo que estou a dizer e percebem que não há nenhuma ingerência.



## Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Extraordinária de 29-06-2015

Há coisas que vamos perder para já. Poderíamos estar dentro de um processo que ajudávamos a construir. Um dia vir-nos-á de cima para baixo. O caminho está aberto. Não deixarei de exercer as minhas funções enquanto membro dos conselhos gerais e solicitar às escolas que aprofundem o seu trabalho. O tempo que investimos neste processo, foi um tempo bem empregue. Não fugi a nenhum debate. E acho que o que semeámos vai colher frutos muito rapidamente. Todos assumiram as suas responsabilidades. Neste momento temos de olhar para a frente. Muito obrigado senhor presidente"

Nada mais havendo a tratar, a sessão da assembleia municipal de Tondela foi dada por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar.

O Presidente da As	ssembleia: Carlos Carrhe	
O 1º Secretário:	Hleveire I. S	
O 2º Secretário:	Cadox Hamud Harking Selva	

1



# GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA**

Senhor presidente da assembleia municipal Senhor presidente da câmara municipal Senhores vereadores Senhores membros da assembleia municipal Senhores representantes da comunicação social Senhoras e senhores.

Na última sessão desta assembleia, realizada no passado dia 8, foram colocadas, pelo Partido Socialista, algumas questões às quais não foi dada qualquer resposta.

Até agora, ainda não se sabe de onde virá o dinheiro para pagar o empréstimo. A certeza, como na altura dissemos, não se perspetiva algum milagre da multiplicação, nem se vislumbra um aumento de receita, caída do céu, porque do Orçamento de Estado não virá certamente. Apesar da propaganda que o governo continua a fazer sobre a saúde das contas públicas, a certeza é que, apesar de toda a austeridade, a dívida está mais alta do qua há 4 anos atrás, em cerca de 50 mil milhões de euros!

Ainda não sabemos ainda quais serão as consequências da situação grega; uma certeza nos espera, seja qual for o seu desfecho - a seguir, seremos nós!

Sendo assim, das duas uma: ou o município recolhe mais receitas, via aumento de taxas e impostos, ou vai ter de cortar nas despesas!

Não cremos que siga pela primeira via; sendo assim, onde irão cortar-se os mais de 200 mil euros anuais, durante uma década?

Também é certo que não serão os acordos de execução com as freguesias que irão sofrer esses cortes, conforme publicamente assumiu o senhor presidente da câmara municipal! Só nos faltaria mais essa! Também, e pelo mesmo motivo, não serão as verbas protocoladas com as associações, porque, nesse caso, o maior lesado seria, precisamente, o Clube Desportivo de Tondela.

O senhor presidente da câmara optou pela forma mais óbvia e mais fácil de fazer política, quando deveria, claramente, dizer, não onde não cortará, mas onde irá cortar!

Church Drs Carlos

Claro que os valores conferidos para estas iniciativas representam menos de 5% do nosso orçamento, logo não faria sentido que se fossem sacrificar estas entidades. Mas também deveria ser dito, e repetimos, que as verbas assumidas em benefício do CDT passarão a ser, anualmente, superiores ao valor dos acordos de execução que o município contrata com todas as nossas 19 freguesias.

Uma certeza fica: as verbas necessárias para satisfazer os compromissos assumidos com este empréstimo serão pagas por todos independentemente das rúbricas que serão sacrificadas. Certamente, nunca saberemos quais são!

Tal como já referido, na sessão anterior, estamos a investir em propriedade alheia!

Mesmo com os direitos de superfície sobre os terrenos do estádio, por um período que, apesar de tudo, nunca será suficiente para amortizar as benfeitorias já efetuadas e que se prevêem fazer, nada nos foi acrescentado. Pergunta-se então: houve, ou haverá, alguma renegociação do prazo dos direitos de superfície, que alterem o contrato existente?

Mesmo a haver essa alteração, todos sabemos que são praticamente nulos. para a comunidade, os eventuais proveitos de uma mera formalidade!

Deixamos, ainda, mais uma questão que colocamos e não obteve resposta: há ou não, por parte, do CDT, alguma comparticipação que ajude a suportar o custo deste empréstimo, nem que seja pela via da dedução de alguns apoios, e tendo em conta que as suas receitas, consequentes da subida de divisão, vão aumentar fortemente, embora, é certo, acompanhadas de um aumento de despesas?

Entendemos que o objeto de um clube não pode, nem deve ser, apenas o resultado desportivo, mas o seu equilíbrio financeiro que permita, em consequência da subida de divisão, obter valias para suportar outras camadas etárias e, porque não, outras modalidades. A não ser assim, o que resta de positivo de uma tão almejada e consagrada subida de divisão?

Mas os benefícios para o CDT não se ficam por aqui: não nos foi dito quais as verbas, extra empréstimo, que vão ser utilizadas em benefício do estádio João Cardoso. Não estaremos, certamente, a falar de migalhas; seja qual for essa quantia, também fará falta nalgum outro lugar!

Estamos a falar daquelas "pequenas" intervenções prioritárias que garantam a realização de jogos, com exceção dos chamados grandes do nosso futebol!

E urge perguntar: o município tem, por acaso, alguma perceção de eventual, mesmo que mínimo, retorno financeiro para o nosso território, onde não existe

oferta hoteleira, nem oferta de restauração adequada, e que garanta uma mais valia para os empresários locais?

Houve, até à data, alguma iniciativa que procurasse envolver as empresas e os empresários instalados em Tondela, no pressuposto que a sua atividade económica irá melhorar com alguma eventual notoriedade deste concelho, por ter uma equipa a militar no escalão principal do futebol nacional?

Mas voltemos às despesas:

No ponto que se segue, da nossa Ordem de Trabalhos, iremos discutir e votar a 2.ª Revisão Orçamental e P.P.I. de 2015.

Porventura extemporâneo, não podemos deixar de referir uma verba de 220 mil euros para obras envolventes ao estádio. E, a somar a isto, conforme já anunciado pelo senhor presidente da câmara, juntaremos a manutenção das infra-estruturas desportivas que irão ser entregues a uma empresa privada, que, acreditamos, nos conduza a um incremento de custos.

Tudo isto será, consequentemente, uma operação de somar, de infindáveis parcelas, cujo resultado final levará ao sacrifício de verbas em detrimento de necessidades que terão de aguardar uma eternidade até à sua satisfação, em benefício das pessoas.

Senhores deputados,

Não está em causa nenhum preconceito partidário, nem tão pouco alguma razão que justifique a negação de algumas vontades.

Pelo contrário, e na mesma medida da posição já tomada, existem razões de coerência, de consciência, de estado de espírito e de cumplicidade que todos devemos respeitar.

A vida não começa nem acaba aqui! Cada um deve tomar a sua decisão e dela retirar consequências na convicção que, ao fazê-lo, ficará em paz com a sua consciência.

Assembleia Municipal de Tondela, 29 de junho de 2015

Joaquim Santos

Senhor Presidente da mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores membros da Assembleia Municipal, Comunicação social, Cados

Publico presente.

Apôs as explicações dadas pelo senhor presidente da câmara municipal de Tondela sobre a adjudicação da contratação do empréstimo até dois milhões de euros para a intervenção na estrutura desportiva do estádio João Cardoso. O PSD vem no seguimento do que já fez na última assembleia afirmar o seu apoio inequívoco a esta contratação de empréstimo atendendo ao natural apoio que deve ser dado a todas as instituições associativas do concelho neste caso em situação excecional e que muito contribuiu para o engrandecimento e imagem do concelho, falamos da subida do CDT ao escalão principal do futebol nacional. Queremos frisar que o faríamos inequivocamente com qualquer associação que entrasse num patamar excecional de relevo de panorama nacional ou regional. De salientar, aqui, as condições muito atrativas de efetivação deste contrato com spred e taxas de juros muito baixas e que permitira que o município não altere de forma significativa o sue nível de endividamento financeiro. Queremos realçar o trabalho da acentuada mais-valia que vem sendo desenvolvido pelo senhor presidente da câmara e pela sua equipa neste sentido e também a aprovação por unanimidade em sede de câmara municipal.

Apoiamos este projeto, sem demagogias, sem aproveitamento politico e sem oportunismo eleitoralista, porque as instituições concelhias nos merecem um tratamento de igualdade. Apoiamos, porque entendemos que o CDT para que possa efetuar os seus jogos de primeira divisão nacional em Tondela, é indispensável esta obra. Não poderíamos virar as costas a um projeto desportivo que vem sendo desenvolvido há já vários anos e que culminou nessa honra de ser o campeão da segunda liga nacional. Por isso o PSD, aqui declara o seu apoio ao clube que neste momento mais representa o concelho de Tondela e que esperamos dignifique o nosso concelho, também, para além das nossas fronteiras. Muito obrigado.

Tondela, 29 de junho de 2015 Sérgio Rodrigues

aned 03

1 Clauds

Cados

## GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor presidente da assembleia municipal Senhor presidente da câmara municipal Senhores vereadores Senhores membros da assembleia municipal Senhores representantes da comunicação social Senhoras e senhores.

No passado dia 17 de fevereiro, foi debatida a posição a tomar por esta assembleia, face a um eventual contrato Interadministrativo no domínio da Educação.

O Partido Socialista assumiu a sua oposição, tornando claro que não se tratava de qualquer espécie de descentralização, nem algo parecido com isso, mas antes uma perda de competências para as escolas do nosso concelho, permitindo, a par disso, uma intromissão municipal nos assuntos de funcionamento das escolas, mesmo na sua componente pedagógica, além de estar em confronto com a Lei.

Seria, em resumo, uma afronta a toda a comunidade escolar, tal como se veio a verificar, ouvidos os principais intervenientes da educação – os professores e o pessoal não docente, porque dos outros representantes, não nos chegou qualquer notícia. Fizemos, no entanto, o nosso papel, e só não nos ouviu quem não quis!

Chegados a este momento, voltamos à estaca zero, não apenas pela posição dos conselhos gerais dos agrupamentos de Tondela, mas também, acreditamos, porque o senhor presidente da câmara assumiu que não era este o caminho a trilhar, em virtude das consequências políticas que daí poderia colher, embora, admitimos, nos possa dizer o contrário.

Mas não só!

Manifestámos as nossas dúvidas, tal como também as manifestou o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, que suspendeu o processo levado a cabo pelo município de Matosinhos, duvidando da sua legalidade.

Carlos

Para que não paire qualquer dúvida acerca da posição do Partido Socialista, reiteramos que nunca poremos em causa qualquer descentralização, seja referente ao ensino, à saúde ou às politicas sociais do estado, desde que se traduzam numa forte aposta da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mas não acreditamos em fantasias!

Esta proposta, que o governo fez a algumas autarquias, e em que Tondela se pôs em bicos de pés em busca de algum protagonismo, comandado por interesses estranhos que, sublinho, não se referem ao senhor presidente da câmara, era, afinal, uma fantasia que serviria de fato de gala, agora que se perfilam as individualidades em busca de um lugar nas listas da coligação, para as eleições de outono.

Só lamentamos que esses atores, quando olham para este concelho, o façam em busca de interesses pessoais e não em função do que o nosso povo merece.

Não tardará muito, todos saberão do que estou a falar!

O mais importante, por agora, é que Tondela se viu livre de uma emboscada, em que esteve prestes a cair; a razão foi mais forte que os compromissos, feitos em nome de nada, e que se manifestavam ricos de todas as bondades, mas, afinal, depauperados de qualquer virtude!

O Partido Socialista não disse "não", apenas por dizer, mas disse "não" por todas as razões que invocou e que aqui deixaremos anexas, para memória futura, antes que se espraiem ideias desvirtuadas sobre a nossa posição, a que já estamos habituados, mas, como sempre, continuaremos atentos!

Assembleia municipal de Tondela, 29 de junho de 2015

Joaquim Santos



# Comissão Política Concelhia de Tondela do Partido Socialista



## A Posição do PS face à questão do Ensino no concelho de Tondela

À denominada "municipalização da educação" deve colocar-se, desde logo, uma questão:

Tem o município de Tondela quadros (políticos e/ou técnicos) com valia técnico-pedagógica, capazes de assumir as funções e as competências a que se propõem?

Não. Não tem.

É claríssima a ausência de competências e de conhecimentos nesta área. Como sempre, é notório que a ignorância torna as pessoas atrevidas, prejudicando invariavelmente quem não tem culpa - toda a comunidade educativa!

Partindo desta constatação óbvia, coloca-se outra questão:

Como cumprir o estabelecido nos números 1 e 2 do artigo 3º, do Decreto-lei Nº 30/2015, de 12 de Fevereiro?

A melhoria de desempenho dos serviços públicos, prevista no artigo supra - referido, apenas será conseguida pelos municípios com recurso a quadros que, pura e simplesmente, não têm.

Apenas recrutando na Escola suprirão esta falta. Mas não devem estar estes quadros na Escola, dispondo de autonomia suficiente para substantivarem o seu trabalho?

Como se conclui, desde logo, toda esta delegação (dissemos delegação e não descentralização) é uma construção falaciosa de muito má qualidade e que apenas pretende segregar responsabilidades.

O artigo 8º do já referido Decreto-Lei Nº 30/2015, de 12 de Fevereiro, elenca as competências delegáveis nos municípios, dividindo-as em 5 grupos:

- 1) no âmbito da gestão escolar e das práticas educativas;
- 2) no âmbito da gestão curricular e pedagógica;
- 3) no âmbito da gestão dos recursos humanos;
- 4) no âmbito da gestão orçamental e de recursos financeiros;
- 5) no âmbito da gestão de equipamentos e infra-estruturas do ensino básico e secundário.



Clark Bro

Estas competências delegáveis aparecem vertidas na matriz de responsabilidades que analisaremos de seguida, não sem antes sublinhar que o referido Decreto-Lei faz a sua "remissão existencial" à Lei Nº 75/2013, de 12 de Setembro, que "estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico".

Nesta Lei, e concretamente no seu artigo 112º (objectivos), explana-se que "a concretização da descentralização administrativa visa a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis".

Como se constata, na Lei fala-se em <u>descentralização administrativa</u>, que é um bom princípio, contudo, o Decreto-Lei Nº 30/2015 fala claramente no regime de delegação de competências, o que é objectivamente diferente e de duvidosa utilidade social e política.

Por seu turno, aquela que já temos designado por "lei mãe" (Lei 75/2013) estatui no nº3, do artigo 115º, que "o Estado deve promover os estudos necessários de modo a que a concretização da transferência de competências assegure a demonstração dos seguintes requisitos:

- a) O não aumento da despesa pública global;
- b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais ou pelas entidades intermunicipais;
- c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais ou das entidades intermunicipais;
- d) O cumprimento dos objectivos referidos no artigo 112º;
- e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública."

  Face a este arrazoado a nossa questão é muito objectiva: Onde é que estão os estudos que deveriam ter sido promovidos?

Mas passemos à análise da matriz de responsabilidades, que nos é apresentada em cinco grandes títulos:

- A)Políticas educativas;
- B)Administração da Escola/Agrupamento de Escolas;
- C)Currículo;
- D)Organização pedagógica e administrativa;
- E)Gestão de recursos.

#### A) Políticas educativas

- **a1** Planeamento estratégico:
- i) É no mínimo curioso que se enuncie que a "definição do projecto educativo e do plano de desenvolvimento educativo e formativo <u>"é da responsabilidade do município</u>,



Carlos

<u>sendo os agrupamentos de escolas apenas consultados</u>, estando ao mesmo nível a "elaboração de pareceres recomendações para a melhoria da educação";

ii) Não menos importante é que o município admita e aceite que a "definição dos limites referência quantitativos e financeiros anuais para a rede escolar e recursos humanos" seja da exclusiva responsabilidade do MEC, dando corpo e substância a um centralismo absoluto, puro e duro.

## **a2** – Políticas de avaliação institucional:

Fica-nos a dificuldade em perceber qual a justificação técnico-científica para que o município seja responsável (co-responsável) na "concepção do referencial e instrumentos de auto-avaliação", quando admite e aceita que o MEC seja o único responsável pela " identificação dos níveis e estruturas de avaliação institucional e respectivas competências". Diremos que são "nulidades insanáveis, decorrentes de uma miopia administrativa óbvia.

## a3 – Relação Escola/comunidade :

Não passa de ingerência grosseira e entrópica que o município seja co-responsável na:

i)"Concepção e concretização de estratégias de prevenção relativas a potenciais grupos de risco";

ii)"Identificação dos alunos em risco de aprendizagem e concepção e concretização de estratégias de prevenção e acção";

iii)"Definição e dinamização de uma rede de parceiros num quadro de cooperação e suporte à escola e à formação profissional";

iv) "Estabelecimento de protocolos com outras instituições para a concretização de componentes curriculares específicas de carácter vocacional e/ou profissionalizante".

### B) Administração das escolas/dos agrupamentos de escolas

## **b1**- Administração e gestão escolar :

Neste subcapítulo denota-se mais uma vez o centralismo avassalador quando no seu primeiro ponto se estatui que a "definição de princípios orientadores para a administração das escolas" é da responsabilidade do MEC, admitindo-se que as escolas sejam apenas informadas.

#### **b2**- Gestão dos recursos:

Admitir que a "definição de critérios para a organização e gestão da rede escolar municipal" é da exclusiva responsabilidade do município é admitir que tudo se poderá almejar num território onde grassa todo o tipo de clientelas pró-eleitorais.

### C) Currículo

#### c1- Desenvolvimento do currículo



Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Tondela

Estranhamos a co-responsabilidade escola/município na :

i)"Definição de normativos e critérios para formação em contexto de trabalho";

ii)"Programação das ofertas curriculares no âmbito da gestão flexível do currículo";

iii)"Definição de conteúdos, metodologias, actividades e avaliação das componentes curriculares locais";

iv) "Programação de uma oferta própria de formação vocacional e profissional", que mais não é do que uma postura entrópica, pois do município não decorrem competências que possam dar qualquer contributo positivo.

Não menos estranho é que a "definição do plano de formação de pessoal não docente" seja da responsabilidade do município, sendo as escolas apenas consultadas. Aqui como noutros casos é um nítido " meter a foice em seara alheia".

## c2- Avaliação pedagógica

Regista-se a incongruência do "desenvolvimento de métodos e instrumentos adequados de avaliação dos alunos em consonância com o projecto educativo" atribuído e bem às escolas relativamente à "definição do projecto educativo e do plano de desenvolvimento educativo e formativo" da estrita responsabilidade do município.

## D) Organização pedagógica e administrativa

d1 - Organização administrativa: a co-responsabilidade município/AE/E na:

- i) definição de vagas por ano de escolaridade em cada AE/E;
- ii) definição das regras, procedimentos e propriedades no processo de matrículas dos alunos;
- iii) gestão do processo de colocação de alunos, nada acrescenta ao binómio eficácia/eficiência na perspectiva da organização administrativa. Diga-se em abono do rigor e da verdade que esta co-responsabilidade apenas contribuirá para favorecer " a política do desmando e da cunha", levando a uma gestão enviesada da capacidade do parque escolar do concelho.
- d2- Organização pedagógica: continua a evidenciar-se o centralismo quando se aloca ao MEC a "definição das regras de constituição de turmas", informando-se, apenas, as escolas. Não deixa de ser curioso que as escolas sejam responsáveis pela constituição das turmas e o município exerça o direito de aprovação com consulta ao MEC. Verdadeira entropia administrativa, sem qualquer vislumbre racional quanto aos dois últimos intervenientes. Por fim a "emissão de parecer sobre o respeito de constituição de turmas em função do valor referência



Jus Jaros

estabelecido", da responsabilidade do MEC, evidencia que as escolas servirão para tudo, menos para conduzirem a sua vida tendo por base o velho princípio:" Máxima autonomia, máxima responsabilidade".

## E) Gestão de recursos

#### e1- Humanos:

- O "recrutamento de pessoal docente para projectos específicos de base local" em regime de co-responsabilidade AE/Município, evidencia um desrespeito pela autonomia da escola e avoca uma competência que não se reconhece ter cumprimento cabal e independente da parte do município;
- ii) Estranha-se que haja co-responsabilidade na "definição e realização de programas de formação contínua para pessoal não docente "quando o "recrutamento do pessoal não docente" é da responsabilidade do município tal como a "alocação de pessoal não docente a tarefas e funções de acordo com o projecto do AE/E. Toda esta construção denota uma incongruência e um desacerto que não augura nada de bom;
- iii) Não menos incongruente e perigoso é que a "contratualização de serviços educativos especializados a afectar a determinados projectos de AE/E (autorização,SPO) seja da responsabilidade do município, abrindo-se as portas a todo o tipo de disfuncionalidades orgânicas e processuais;
- iv) Ao lermos que a "atribuição de prémios de desempenho, no âmbito de ganhos de eficiência" se aplica em regime de co-responsabilidade AE/E/Município facilmente se conclui que este, último, não tem como aferir/mensurar a eficiência em educação.

#### e2- Materiais:

A estrutura evidenciada neste ponto não nos merece reparos substantivos, referenciando apenas que a consulta ao MEC, no caso de "realização de projectos e obras de construção e ampliação de escolas" nos parece absolutamente dispensável, nada abonando a favor da descentralização.

#### e3- Orçamentais :

 i) O "recebimento de verbas do OE para pagamento de RH e outras despesas "é uma competência equívoca, não se entendendo de que recursos humanos se tratam e quais as "outras despesas";



Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Tondela

ii) O mesmo equívoco se encontra na "gestão plurianual do orçamento" aparecendo-nos o município como responsável, não se identificando, de forma clara, a que acções se alocam os recursos financeiros geridos.

e4-Gestão do espaço e do tempo : Este último item da matriz de competências é o corolário da falácia que todo este processo substantiva e encerra. Qualquer descentralização séria e concreta faz "descer para a órbita dos AE/E, pelo menos, a definição das regras de gestão de carga horária dos docentes" e a "atribuição de crédito horário global para apoio educativo". Como se constata esta mera delegação de competências não se traduz em qualquer acréscimo de eficácia/eficiência, apenas introduz uma componente entrópica (o município) em todo o processo educativo, continuando a escola a carecer de autonomia decisória e o MEC a dirigir à distância, fazendo "ouvidos moucos" às especificidades e não gerindo o património (imobiliário) de forma racional e consequente. Transformar o município numa espécie de "ministério local da educação "não nos parece ser uma solução avisada, pois catalisa todo um conjunto de "males" que já se denotam a outros níveis de actuação. Adivinha-se clientelização dos actores educativos; decréscimo qualitativo do serviço público de educação; ausência de quadros técnico-pedagógicos afectos ao município; instabilidade laboral para pessoal docente e não docente.

Chegados a esta fase é igualmente importante que se explicite que o Conselho das Escolas — órgão consultivo do Ministério da Educação- divulgou a 17 de Fevereiro p.p., um parecer em que crítica de forma dura a actuação do governo no que respeita aos projetos-piloto, antevendo uma clara perda de autonomia das escolas e a criação de uma manta de retalhos de subsistemas educativos. Diz o parecer que se esvaziam as escolas de autonomia para as atribuir às câmaras. O Conselho das Escolas defende inequivocamente o reforço da autonomia das escolas, especificando que o contrato abre portas a que serviços, actividades ou projectos "como serviços de administração escolar, papelaria escolar, bufete, refeitório, biblioteca, sala de estudo orientado, apoio educativo, coadjuvação e desporto escolar "sejam subcontratados. Termina dizendo que "se tal acontecer" aqueles "passarão forçosa e naturalmente a orientar-se mais para a obtenção de lucro, em detrimento de mais-valias pedagógicas e educativas".

Não menos determinante é o parecer da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), datado de 12 de Janeiro de 2015, em que objectivamente se afirma não estarem reunidas condições que permitissem uma contratualização suportada nos princípios da igualdade, da não discriminação, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência de recursos. Clarifique-se que este parecer foi produzido tendo por objecto o ante projecto-lei que deu origem ao Decreto-lei Nº 30/2015, publicado a 12 de Fevereiro.



Carlos

7

Igualmente importante é a sua posição a propósito do alargamento das competências dos Conselhos Municipais de Educação, com o qual declaradamente não concorda, tendo-o verbalizado pela voz do seu Presidente, depois de uma reunião do Conselho Directivo, a 10 de Março último.

Cados

Para terminar permitimo-nos transcrever um pequeno excerto de um artigo da Mestre Maria Plantier Lobo Antunes (mestre em educação), publicado a 19 de Fevereiro de 2015, no Jornal "Público" : "Nos últimos dez anos a descentralização e a autonomia escolar estiveram na agenda da política educativa europeia. Segundo o relatório Eurydice de 2008, Níveis de autonomia e responsabilidade dos Professores na Europa, a grande variedade de interpretações locais do currículo criaram grandes diferenças entre escolas, comprometendo a existência de uma escola inclusiva. Segundo o mesmo relatório, a delegação de competências curriculares demonstrou falta de consenso relativamente aos benefícios da autonomia curricular e, nos sistemas educativos mais descentralizados, é apontada como um risco, por colocar em causa o cumprimento dos objectivos prioritários de eficácia e de igualdade".

A Comissão Política do PS / Tondela

Abril 2015

